



## MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

### ACTA N.º 50

Sessão Ordinária Novembro

2.ª Reunião em 18/11/2016

Aos dezoito dias do mês de Novembro do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Segundo Secretário da Mesa, Jorge Carvalho Arroteia, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, a Vogal Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, na qualidade de Primeira Secretária e a Vogal Mónica Filipa Crsitovão Gomes, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Silvestre Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, António Luis Andias Gonçalves, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rogério António Gonçalves Cachide, Miguel António Costa da Silva, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, Rui Lima Batista, Aida Isabel Pereira Tavares, Nuno Frederico Miranda Leite, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Filipe Seça Neves Barbado Guerra.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa em Exercício, declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltou o Presidente da Mesa António do Pranto Nogueira Leite, e os Vogais, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, e António Ildebrando Nunes Costeira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira (chegou às 21:40), e João Francisco Carvalho de Sousa.

Não estiveram presentes os Vereadores, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Oliveira de Sousa, Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião, da Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Maria da Luz Nolasco Cardoso, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Rogério António Gonçalves Cachide, Rui Lima Batista e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

Também e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa em exercício, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins, Fernando Tavares Marques, Antero Marques dos Santos e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por Silvestre Paiva Martins, António Luis Andias Gonçalves, Miguel António Costa da Silva e Nuno Frederico Miranda Leite.<sup>002</sup>

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Leonor Nunes dos Reis, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa em exercício deu continuação aos trabalhos para esta Sessão Ordinária de Novembro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017;**
- Ponto 8 – Apreciação e votação da proposta de Concessão do Direito de Ocupação de Espaço Público para Instalação e Exploração de Publicidade;**
- Ponto 9 – Apreciação e votação da proposta do Contrato de Comodato com a Freguesia de Santa Joana - Fração autónoma designada por "BU" do Empreendimento Habitacional do Caião III;**
- Ponto 10 – Apreciação e votação da proposta do Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP, alteração do Anexo I ao contrato tipo de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio, de Iluminação Pública;**
- Ponto 11 - Apreciação e votação da proposta para Constituição da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica [AptCC] e adesão do Município de Aveiro na qualidade de Município Fundador;**
- Ponto 12 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “Criação da Tarifa Social da Água”.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

**Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião extraordinária, realizada em 31/10/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa em exercício<sup>003</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

## Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [004](#)

*“Duas ou três notas para fazermos a apresentação da nossa proposta do Plano e Orçamento naquelas que são as suas características principais. É um documento vasto, com muito pormenor, que seguramente está estudado por todos. Tenho o dever e o gosto de partilhar algumas das principais referências ao nosso Plano e Orçamento. Temos uma proposta com cento e quarenta e três milhões de euros de dimensão financeira, obviamente que tem uma carga relevante de dívida para pagar no âmbito do nosso PAM, embora com PAM ou sem PAM teríamos sempre que orçamentar a nossa dívida, mas aqui com um pressuposto de receita dado que o nosso Plano prevê a contratualização da assistência financeira do FAM para podermos desenvolver aquilo que interessa e que é o pagamento da nossa dívida. As grandes opções do Plano têm uma dimensão financeira de cerca de quarenta e nove milhões de euros, com despesas de financiamento de cerca de vinte e sete milhões, sabendo que naquilo que respeita estritamente à operação do ano de dois mil e dezassete temos uma dimensão financeira de receita próxima dos cinquenta e sete milhões de euros e de despesa um pouco acima dos cinquenta e três milhões de euros. Portanto, no pressuposto que todos os anos tem que contribuir para a diminuição da nossa dívida total e, portanto, naquilo que respeita à operação de dois mil e dezassete, volta a estar na nossa previsão, no nosso documento provisional, esse contributo para prosseguirmos o nosso caminho de redução da dívida total da nossa Câmara Municipal. Obviamente que o PAM tem cerca de cinquenta milhões de euros de dívida a pagar no quadro do exercício de dois mil e dezassete e, numa previsão de execução do programa, a partir do primeiro trimestre. Se a quantidade de execução do pagamento de dívidas pela assistência financeira deslizar, obviamente, baixa porque o Programa está feito para um acordo de seis trimestres, seis transferências trimestrais. O pressuposto que temos nesta previsão, neste documento provisional, é exactamente o pressuposto do início da execução do programa no primeiro trimestre de dois mil e dezassete.*

*Em termos do investimento, as obras financiadas pelos Fundos Comunitários têm uma presença muito forte, está tudo a andar, USF's, escolas, PEDUCA. Há um conjunto vasto de objetivos já contratualizados que estão em desenvolvimento e que têm, obviamente, que ter presença neste Plano. Nestas áreas da educação, saúde e requalificação urbana/PEDUCA, estamos a falar de um conjunto de investimentos de vinte e dois milhões de euros no que respeita à sua dimensão financeira total, mas que têm, em dois mil e dezassete, um peso importante de transposição da execução dos projetos à execução dos concursos e ao arranque das obras, de boa destas obras que estão referenciadas quer no nosso contracto do PEDUCA, quer no nosso contracto do pacto para o desenvolvimento e coesão territorial da Região de Aveiro. No entanto, há também um conjunto de outros investimentos não financiados por Fundos Comunitários que o Plano apresenta, destacando cerca de quatro milhões de euros de investimentos na nossa rede viária, seja na rede nova, nomeadamente na variante rodoviária de Cacia que prossegue a obra embora em termos de dimensão financeira, de execução financeira, a maior parte vai cair sobre dois mil e dezassete, há uma parte mais pequena que ainda cai sobre dois mil e dezasseis porque, como sabemos, a obra está em plena execução, e outros objetivos referenciados no Plano uns que têm visibilidade própria, nomeadamente a via de acesso ao Centro Escolar de Verdemilho e a qualificação da Rua do Conselheiro Arnaldo Vidal e da Rua da Maritona, em Oliveirinha, dada a sua dimensão terão um desenvolvimento de concurso específico, quer outras operações, outras intervenções que estão na rubrica global e que não têm essa especificação referenciada à obra mas que integra esse pacote global das rubricas genéricas que estão a esse nível. Além de outros*

*objetivos que temos assumidos no Plano com a utilização da capacidade financeira da Câmara e sem recurso a financiamento dos Fundos Comunitários. Mantêm-se as prioridades às políticas sociais em termos de gestão e de realizações imateriais: educação, acção social e habitação social, têm um espaço muito importante no Plano e no Orçamento.*

*As operações de marketing do nosso assentam no trabalho que já tem relevância mas que vai aumentar na dimensão das operações e também no seu quadro orçamental ligadas às áreas da cultura e do turismo, que têm uma importância relevante naquilo que é o marketing do território e que em termos de dimensão financeira aumentam substancialmente neste documento provisional.*

*Há programas novos na área do desporto e do empreendedorismo. Estaremos a lançar, logo no início do ano, o nosso Pólo da incubadora de empresas da Região de Aveiro. Em Janeiro será lançado e nesse lançamento do Pólo será também lançada a política municipal de empreendedorismo que tem instrumentos que estão aqui previstos no Plano e vai ceder a outros instrumentos de apoio ao investimento, nosso e dos empreendedores, no quadro dos programas contratualizados com a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, sabendo que recentemente vimos o nosso Pólo de incubadora acreditado, aliás juntamente com os outros pólos das incubadoras da nossa IERA, Incubadoras de Empresas da Região de Aveiro. Portanto, já cumprimos esse primeiro passo de acreditação formal do Pólo e agora vamos ao passo que interessa, o mais importante, que é colocá-lo em pleno funcionamento.*

*No desporto, vamos lançar, já está pronto, estamos apenas a tratar de alguns pormenores, o Plano da Actividade Desportiva do Município de Aveiro, o PADMA, numa operação que tem alguns projetos que já estão em curso, lembro o nosso projeto muito notado que é o Judo nas Escolas através do nosso protocolo a Escola do Nuno Delgado, e um conjunto de outras actividades algumas geridas pela Câmara e muitas outras geridas em parceria com associações privadas sem fins lucrativos e também algumas empresas do nosso Município e que vão ser gestoras e cogestoras de um conjunto de actividades numa lógica de desporto para todos, sabendo que haverá algumas das acções do programa dirigidas a universos específicos mas que, no seu conjunto, compõem uma oferta diversa. Obviamente que o Plano e o Orçamento preveem o início do apoio às Associações, a cooperação financeira com as nossas Associações privadas sem fins lucrativos, já lançámos as operações do Programa Municipal de Apoio às Associações e que estão em pleno desenvolvimento. Em termos de formalização temos que ter o visto ao nosso PAM e o desenvolvimento com muita mais pressão, como não podia deixar de ser, pela aposta que assumimos da delegação de competências com as nossas Juntas de Freguesia.*

*Teremos também um ano importante e a dimensão financeira também cá está, embora num formato profundamente diferente, o arranque da concessão dos transportes rodoviários e fluviais municipais que, como é sabido, iniciam a operação no próximo dia um de Janeiro. Todo o enquadramento é alterado, acabando a operação da MoveAveiro, acabando a operação da UrbAveiro e apresentando-se a nova empresa cujo nome, um dia destes, será formalmente apresentado no âmbito da campanha de lançamento dessa nova entidade que vai gerir os nossos transportes municipais. A saber, é uma empresa do grupo ETAC/TRANSDEV que é o concessionário da Câmara Municipal de Aveiro para a gestão da operação dos nossos transportes. Integra essa operação o Centro Coordenador de Transportes que está integrado nessa operação, não tem expressão financeira directa mas tem indirecta porque, obviamente, está dentro de toda a tramitação financeira com o nosso concessionário.*

*Ao nível da receita, já trabalhámos esse dossier na nossa reunião de há oito dias, a previsão da receita acolheu a decisão que tomámos de reduzir o IMI em dez por cento no que respeita ao valor absoluto do que as pessoas vão pagar e do que nós vamos coligir com a redução da taxa de zero cinco para zero quarenta e cinco, somando-lhe o IMI Familiar para aqueles contribuintes, no nosso Município são cerca de sete mil, que têm descendentes a seu encargo, têm um, dois, três ou mais filhos, e que acedem aos benefícios que estão definidos na lei.*

*Estas são as principais notas, estando ao dispor para o debate deste documento que para nós todos é muito importante para enquadrarmos as ambições que temos e que são bastantes, para o exercício de dois mil e dezassete, com o devido realismo, com a devida sustentabilidade. Esperamos que seja, logo de início, com o pleno cumprimento da lei, nomeadamente da Lei dos Compromissos que, como é sabido, continuamos a não poder cumprir.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>005</sup>

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>006</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Também duas ou três notas sobre este ponto tão importante da atividade do município. Podemos sempre fazer uma primeira análise relativamente a esta situação. É um orçamento condicionado devido às circunstâncias. Fundos Comunitários em execução ou em vias de serem vindos a candidatar. E a restrição do PAM que não permite de facto grande margem de manobra à Câmara, mas que a própria Câmara assim o decidiu.*

*Tenho algumas perguntas. A primeira de facto desta vertente do Senhor Presidente da Câmara de ser um excelente gestor e achar-se um excelente gestor, de facto o que está a fazer é a vender a dívida pública e no fundo o que vai gerir é essa dívida bancária.*

*Tenho aqui outras perguntas relativamente a esta expectativa para 2027, passem-se, de uma Capital da Cultura! Podia dizer ao Senhor Presidente, se daqui a três anos estivesse no quadro da cultura nacional ou eventualmente distrital, já era um passo brutalíssimo. Mas também vemos outra coisa. E o que tirámos dali é que: então e as organizações culturais em Aveiro? O Senhor Presidente diz que está lá tudo, mas depois se calhar organiza os eventos mas depois parece que quer saber pouco da cultura aveirense e das associações culturais aveirenses.*

*Também vemos aqui o que é que é a requalificação urbana. Também vemos mais ou menos qual é a opção deste executivo não é. Melhores sítios para estacionar mas que serão pagos, disso não há dúvidas. E no fundo no fundo é esta a visão que temos dum orçamento muito condicionado e com uma expectativa de dizer que vai fazer, que vai fazer, e depois sai um punhado de nada. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>007</sup>

*“O Senhor Presidente já o disse, este é um orçamento que inclui receita do PAM. É discutível se a deveria incluir ou não. Quando é certo que estaremos aquém dos rácios que nos atirariam para a necessidade do apoio do FAM.*

*E também, por uma certa dose de moralidade, quando é certo também que há outras entidades contributivas que não fizeram nada por ter as suas contas em deslize. Portanto não nos admiraria nada que numa volta destas em que o PAM ainda está em apreciação surja alguma dificuldade na sua aprovação. Mas está perspectivado, o Senhor Presidente acredita, eu acho que faz bem acreditar e portanto incluo.*

*Agora este orçamento, mesmo sem o PAM, se nos afigura algo empolado. E quando os orçamentos são empolados deixam de cumprir uma função importante que é o controle das despesas por esta Assembleia.*

*Colocando tudo nos planos e orçamento, depois a Câmara gasta conforme quer e toma as opções que entende sem que este órgão delibere. Os orçamentos deviam estar próximo daquilo que é a fonte de receita.*

*Anotámos aqui ao nível das receitas um aumento muito grande dos impostos diretos, designadamente do IMI que sobe em relação ao início deste mandato cerca de 90%!? Isto diz-nos que o abatimento que houve na redução da dívida da Câmara foi feito à custa do IMI ou seja dos munícipes que pagam.*

*Notamos que as juntas de freguesias e isto magoa-nos sobremaneira, apesar do Senhor Presidente dizer que fez transferências de competências, as juntas ficam consignadas a passar atestados sem que os seus presidentes tenham autonomia. Ora não me parece que com esta dotação que lá existe para as freguesias que isto seja muito face às competências que as junta têm por lei e que a Câmara lhes poderia dar acrescidamente. Temos no passado, embora não sido efetuados os pagamentos, mas tivemos dotações que foram incomensuravelmente maiores do que este valor,*

*Portanto não é certa a afirmação do Senhor Presidente e queria contestá-la quando diz que esta colaboração com as juntas. É apenas um gesto perspectivo que caracteriza aliás todo o documento. Quer diz vamos fazer, temos isto, temos aquilo, mas é como se estivesse no armazém. A montra é esta o armazém há-de ser igual.*

*Depois quando aqui o Senhor Presidente diz “pagar a dívida”, nós nos passivos financeiro vemos que afinal os pagamentos que lá estão são os tais 36 milhões e tal mas nós verificamos que isto é só para bancos e estado. E o Senhor Presidente vem aqui propalando, penso que seja essa verba, se não é peço ao Senhor Presidente que me corrija. Mas isto é Bancos e Estado. Então o senhor Presidente que diga onde estão previstos os pagamentos aos pequenos credores. Aqueles que na realidade alimentam a economia local.*

*Bom o nosso tempo é sempre escasso e análise deste documento precisaria muito mais tempo. Mas há dias, dizer eu não acho mal que haja cooperação com os particulares, com os privados e a Câmara. Sinceramente e pessoalmente não acho mal.*

*Mas hoje verbera-se gratificações daqui, favores dacolá e quando há gratuitidade fica sempre uma postura de “gratidão” como é natural. E então quando ei vi há dias que uma empresa contribuía para um plano de obras com 500 mil euros e mais 35 mil para o projecto, gostaria de saber onde é que essa verba está aqui orçamentada?*

*De certeza será bens de capital, hão-de ser contabilizados, portanto saber se esse valor é contabilizado a favor do particular ou se é receita?*

*Isso prende-se com outra questão, que soube há dias, com uma troca de um terreno a troco de um parque aqui numa unidade de geriatria que está aqui em construção nesta cidade. De importante apoio social, não temos dúvidas nenhuma. Mas acho que os particulares fazem as obras deles e a Câmara deve fazer as dela.*

*Portanto o parque infantil e geriátrico, não consta que vão lá ter criancinhas, e se o parque passa a ser lá (e era um esclarecimento que gostava que o Senhor Presidente desse) e se o constrói, a instituição passa a dispor dele depois!? E a própria rua que era no projecto para ser pública e que vai ser dada, pode ser fechada? Se lhe passa a propriedade do espaço a entidade pode depois dizer, pois agora aqui não passa ninguém. E também ao nível da orçamentação onde é que está isso aqui cabimentado essas verbas? E as implicações que isso têm incluindo ao nível da fiscalidade. Muito obrigado.”*

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Ernesto Carlos Rodrigues Barros)

Vogal Aida Tavares (JPA)<sup>008</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>009</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>010</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente, Cumprimentos à Mesa, ao Executivo, Comunicação Social. Eu tive oportunidade de ler as 178 páginas das GOPs e do Orçamento, uma a uma, e tive oportunidade de tirar algumas notas que me parecem importantes que sejam aqui mencionadas. E que tem a ver com os objectivos propostos das Grandes Opções para 2017. Sabendo que embora algumas das opções iniciadas em 2017 com toda a certeza terão o seu reflexo nos anos vindouros.*

*Queria começar por um número que me chama a atenção e penso que é importante que as pessoas tenham, como algo importante. 2 milhões e 200 mil euros para a Cultura. Há quem nos tenha acusado de termos uma Cultura pobre não me parece que 2 milhões seja sinal de pobreza, mas sim de grande investimento.*

*Educação 4 milhões e 880 mil euros; Reabilitação e Beneficiação Social 1 milhão de euros; nos Objectivos Gerais Bombeiros e Protecção Civil 430 mil euros. Por exemplo para o núcleo de apoio de São Jacinto 930 mil euros; plano municipal de infraestruturas viárias 1 milhão e 500 mil euros; mais 200 mil euros para infra-estruturas urbanas; Canais Urbanos 1 milhão de euros. Enfim, alguns números de muitos que alguns tiveram a oportunidade de ver. E que demonstram que nós estamos perante um Orçamento especial.*

*E especial porquê? Porque reflete à entrada de um ano autárquico reflete todo o caminho percorrido pela gestão deste executivo ao longo deste três anos, que criou determinada condição de governabilidade, que ao longo destes três anos de ação executiva tem vindo com toda a clareza a demonstrar bom trabalho de gestão.*

*Os números também vocês já os conhecem. A redução da dívida real e os números demonstram que o trabalho está a ser bem feito e o trabalho irá com toda a certeza perante os documentos que aqui temos continuar a significar uma gestão de qualidade.*

*Temos as medidas ligadas à Educação; à Cultura; ao Desporto; medidas de intervenção Social; medidas ligadas ao Planeamento; medidas de qualificação Urbana e Ambiental; medidas de Gestão Financeira. E aqui a ressalva para os 89.5 milhões da assistência financeira que aqui estão é verdade, mas foi a solução criada e ela obviamente faz parte do orçamento, mas foi uma solução encontrada por este executivo para os problemas da dívida.*

*E portanto, dizer que é um orçamento que tem todos os condimentos que nos permitem afirmar que é o documento certo. São as Opções certas, são as medidas que Aveiro precisa para agora e para o futuro. E com toda a certeza fazem parte dum conjunto de opções pensadas, idealizadas por este executivo e fundamentadas num conjunto de várias medidas. Entre elas recorro a Auditoria que já lá vai, mas que foi o pontapé de saída.*

*Recordo a reestruturação municipal da Câmara Municipal de Aveiro, dos Serviços. Recordo por exemplo as medidas de contenção de despesa de ganho de receita fundamentais para que a Câmara tenha alguma maleabilidade na sua gestão financeira. Recordo a solução dos transportes públicos para a nossa cidade. O ATU que surgiu num momento importantíssimo de quase falência técnica da nossa Câmara e surgiu-o a solução que era precisa para aquele momento e que será paga, está aqui orçamentado para ser pago.*

*Portanto para já dizer que este é o Orçamento do CDS. E com toda a certeza é o Orçamento dos aveirenses, porque também os aveirenses desde sempre acreditaram no*

*seu sentido de voto e decidiram que quem cá está, que quem apoia esta Câmara, que quem governa esta Câmara, está para isso mesmo. Para encontrar soluções para que de facto Aveiro progrida no bom sentido. Para que cumpra mais rapidamente as leis do Estado. E para que honre as suas dívidas e para que também crie autonomia de gestão financeira e credibilidade perante a sociedade.”*

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

*“Muito obrigado. Gostaria de começar por referir que do ponto de vista da análise efectuada a este documento eu iria separá-la em dois blocos. O primeiro é um bloco quantitativo. E eu diria que aqui a questão resume-se à questão que está na página 25 e que o Senhor Presidente também fez questão de referir, que é o facto de termos um orçamento que aponta para os 142 milhões de euros, mas que do ponto de vista real e substantivo se queda pelos 56 milhões porque o remanescente deriva do apoio financeiro que será proveniente do PAM e que tem a característica peculiar de entrar para voltar a sair, mas ficando dívida. Ou seja, há aqui uma componente de financiamento que vem para liquidar um conjunto de dívidas que a Câmara neste momento tem, mas que efetivamente do que estamos a falar é de uma transferência de dívida.*

*Fica na mesma a dívida obviamente que a outros credores, noutras condições, mas do ponto de vista quantitativo ficamos com um orçamento de 56 milhões de receita e 53 milhões de despesa o que dá um saldo como o Senhor Presidente referiu aproveitando uma parte para ir aplicando noutras soluções.*

*Portanto do ponto de vista quantitativo eu diria que estamos resumidos a uma análise simplista. Não é preciso ler as 180 páginas porque esta vertente numérica está sintetizada em duas ou três e portanto ficaríamos por aqui.*

*No segundo bloco de análise é quando olhamos para este documento do ponto de vista político. E aqui eu diria que este é um documento muito interessante. Porque é um documento que eu gostaria de apelidar de três em um. Este documento tem três perspectivas de análise que são remetidas a uma só.*

*A primeira é aquela onde se pode aferir do mesmo uma espécie de balanço do mandato. O Senhor Presidente faz questão e bem de no início do documento colocar sempre aquelas que são as linhas mestras do programa de candidatura da coligação e, portanto, é possível aferir a partir daí o que é que foi feito e o que é que não foi feito e efetivamente o que é que ficou por fazer.*

*E seria de todo injusto dizer que o Senhor Presidente não fez nada. Seria de todo injusto. De facto o Senhor Presidente e o seu executivo concentraram os seus esforços em resolver aquilo que entenderam do seu ponto de vista bem, e era a prioridade de resolver a situação financeira em que a Câmara se encontrava. E portanto investiram praticamente todo este tempo a apresentar às entidades próprias os documentos que permitiam resolver essa situação. Estamos a falar do PAM que até à data (e já aqui escarpelizamos demasiadamente para voltar a repetir o assunto) não teve o resultado que era esperado.*

*Portanto não significa com isto que haja aqui uma leitura que às vezes é feita, de que estamos aqui a torcer para que as coisas corram mal. Mas efetivamente em termos factuais tivemos um PAM 1 que não obteve visto do Tribunal de Contas, houve recursos, não obteve o visto e agora temos o PAM 2.*

*E portanto o resultado objetivo desse esforço está neste momento nessa situação. E teremos obviamente que aguardar pelo resultado desse trabalho desenvolvido.*

*E portanto do ponto de vista deste mandato o que fizeram foi apresentar-nos o PAM*



*Também é injusto dizer que não fizeram mais nada. Não é verdade. Nós podemos ver aqui que há um conjunto de questões que foram sendo resolvidas. Só que verdadeiramente a opinião que nós temos é que pra além do PAM não havia mais nada. Ou seja, não há necessariamente um fio condutor, não há necessariamente um pensamento estratégico, não há necessariamente um pensamento daquilo que o executivo pensa para o município de Aveiro.*

*E portanto o que nós encontramos aqui como balanço do mandato foi o PAM, com o resultados que hoje conhecemos à data. E simultaneamente percebemos que algumas coisas foram feitas, mas que na nossa perspectiva não passam de ser um somatório de coisas avulsas sem uma linha orientadora.*

*Portanto eu diria que esta é uma primeira perspectiva de análise. Obviamente que eu admito que possa haver interpretações distintas, mas esta é a que nós fazemos e é uma primeira abordagem.*

*Análise que quando passamos do três em um, faltam dois. E a segunda análise é aquela que efetivamente seria a substancia do documento que é o Plano e Opções para o ano de 2017. E quando passamos para esta análise eu diria que esta corrobora a perspectiva primeira. Porquê? Porque quando olhamos para o conjunto de propostas que estão aqui neste documento eu diria que as mesmas são demasiadamente ambiciosas.*

*Obviamente que a ambição na medida certa nunca fez mal a ninguém, aliás é em muitos casos impulsionadora daquilo que nos move na nossa atividade profissional e não só, mas eu diria que estão aqui espelhadas um conjunto de enormíssimo de medidas que corroboram que neste três anos elas não foram executadas.*

*E vamos ter Senhor Presidente, se isto se cumprir em 2017, e se isto se cumprir eu tiro-lhe o meu chapéu. Mas permita-me que lhe diga que se isto se cumprir nós vamos ter um Super Presidente, um Super Executivo, e vamos ter um Super Município. Que é o que resulta das coisas que estão todas na sua proposta para 2017.*

*E portanto esperamos pacientemente pelo resultado das propostas que aqui estão. Espero que o Senhor Presidente não se tenha esquecido que do ponto de vista deste Plano, o período temporal para o qual está legitimado é de apenas 8 meses. A partir do nono diria que estamos em período pré-eleitoral e portanto estamos a falar de oito meses com o verão incluído, que é exatamente o tempo que contempla a execução deste Plano.*

*E isto permite-me passar agora para a terceira vertente de análise. E aí digo-lhe que este documento é exemplar. Este documento é uma excelente peça de campanha para o seu próximo mandato. Disse.”*

Vogal Carlos Morgado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

*“Boa noite a todos. Tenho três questões que pretendo colocar que estão relacionadas com os problemas que assolam as freguesias de Eixo/Eirol e às quais continuamos sem ter as respostas desejadas.*

*A primeira questão tem a ver com a recuperação das margens do rio Vouga que não merecem qualquer referência neste documento.*

*A segunda questão está relacionada com a falta da rede de saneamento básico em vários locais da freguesia e continuamos sem obter qualquer resposta.*

*A terceira e última que queria colocar está relacionada com a falta de iluminação pública em vários locais da freguesia que por força de cortes nas PN da Refer na rua de Nossa Senhora da Graça, na rua do Outeiro em Eixo e na rua do Passadouro em Azurva deixaram as vias rodoviárias, pelas alternativas que foram criadas entretanto, sem a tão necessária iluminação pública. É só.”*

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

*“Senhor Presidente, hoje em exercício, já na anterior Assembleia tinha recebido a palavra também da excelência da Dr.ª Maria José França que apareceu meteoricamente aqui, mas receber a palavra de V. Exa é um grande gosto.*

*Gostaria de começar de dizer o seguinte: Este é o último orçamento deste mandato e eu contava que hoje aqui pudéssemos discutir também a política que está subjacente a este documento. Porque este documento é documento político — não é um documento financeiro. É um documento político. São as Grandes Opções do Plano.*

*Eu ouvi com muita atenção todos os senhores deputados em especial do CDS o deputado Paulo Marques, que disse pomposamente que este era um orçamento do CDS!?*

*Tenho dúvidas que hoje o PSD possa dizer o mesmo (eu ouvi muito bem Senhor Presidente “é o orçamento do CDS”) e vou dizer porquê. Sendo um orçamento do CDS eu gostaria que aqui hoje alguém do PSD pudesse dizer o mesmo.*

*Quero dizer-lhe que tenho dúvidas que o possam fazer. Porquê? O Senhor Presidente da Concelhia do PSD, que é um ilustre deputado, enfim fantasma é certo, desta Assembleia, não pode vir cá falar pela estrutura local do partido.*

*Claro que o Senhor Presidente da Câmara dirá sempre e bem “não precisamos deles para nada”. Nós governamos a Câmara com os vereadores que aqui estão connosco, eleitos pelo PSD, e portanto cá apresentamos o documento que é de lei.*

*Todavia seria útil para a tão proclamada força e peso político da nossa Câmara, que o maior partido da posição pudesse aqui vir hoje assumir as suas responsabilidades com o seu Presidente.*

*Segundo ponto. Diz o Senhor Presidente da Câmara no seu documento que há um conjunto de realizações que fazem, nas palavras exageradas do meu camarada Francisco Picado, faziam disto um Super município!?! Dizia que isto seria um Super Município caso isto tudo se concretizasse, mas estou em crer que ele acha que isto não se vai concretizar. É a esperança que tenho. Se não como oposição não estaríamos aqui a fazer nada. Mas estamos e fizemos muito durante este mandato. E estamos aqui para sublinhar aquilo que está bem e aquilo que estamos em desacordo e que é muito.*

*Em que estamos em desacordo? Por exemplo dizer-se que temos mais Cultura com a justificação de que temos mais concertos!?! Nós estamos em desacordo com essa afirmação. Ter mais concertos não é de modo nenhum ter mais Cultura. É ter um bocadinho de Cultura, mas a Cultura Municipal não se esgota em ter concertos.*

*Termos e valorizarmos mais o ensino não é construirmos mais escolas!?! Também é, mas não se esgota nisso. Por exemplo a revisão da Carta Educativa, esse sim pilar fundamental para podermos ter um ensino de excelência, foi completamente esquecida por este executivo municipal. E essa sim eram as políticas que gostaríamos dever discutidas e vertidas para um documento.*

*Como também a municipalização do Museu!?! Nós achamos que foi uma má decisão do ponto de vista Cultural do Município, porque desaparecemos dos principais roteiros nacional. Aliás, foi aqui amplamente difundida essa nossa posição. Estamos em desacordo. Do ponto de vista cultural e de afirmação nacional andámos para trás.*

*Mas também do ponto de vista financeiro nós também não chegámos a bom porto. Aliás, aquilo que o senhor Presidente se arroga de dizer que consegue descer o IMI, isso deve-se a uma lei da república que vai estar obrigado a cumprir. A uma lei e a uma decisão proposta pelo governo da república do partido socialista, que tantas vezes aqui o Senhor Presidente procura ridicularizar com a palavra “geringonça”. Pois é, mas ela fez com que V. Exa pudesse descer um bocadinho o IMI quando pôs o encargo dessa subida dramática dos bolsos dos aveirenses.*

*Queria também dizer que esta reestruturação financeira e organizacional que está a impor ainda de facto não deu os seus resultados.*

*Mas não posso deixar de referir por ultimo que a estratégia absolutamente errática que nós podemos constatar no documento que nos é presente, uma vez que as grandes opções do plano não encontra correspondência em praticamente nada nos quadros do orçamento, como seguramente tiveram ocasião de ver, deixe-me uma preocupação porque é falta de estratégia para o município. Não temos um Plano Estratégico aprovado, não temos um Plano de Mobilidade aprovado, não temos a revisão do Plano Director, não temos uma Carta Educativa revista. Enfim. Nas políticas fundamentais que pretendíamos ver implementadas e discutidas durante este mandato, foi praticamente zero. Já para não falar nesse dissenso que vem de anteriores mandatos naquilo que respeita à anulação dos transportes e da MoveAveiro.*

*Donde, Senhor Presidente, a requalificação urbana no âmbito do planeamento tem sido para nós um ponto que tem feito parte da agenda do partido socialista já alguns anos, bastantes anos aliás. Na última sessão da Assembleia Municipal debruçamo-nos sobre um tema muito pormenorizado que tem a ver com a requalificação do espaço que é o Rossio. Mas gostaríamos de tentar perceber quais são as suas ideias. Diz que lançou concurso para obter algumas sobre a requalificação e valorização da Avenida Dr. Lourenço Peixinho!? Sobre toda esta área central da cidade o anterior executivo tinha ideias, no nosso entender más, desastrosas. Vexa. aparentemente recupera algumas dessas ideias sem nós percebermos até onde é que se pretende ir.*

*Nós hoje gostaríamos, porque elas não estão vertidas como preocupação e pilar fundamental da sua política, quais é que elas vão ser para esta recta final de mandato. E esta é uma invectiva que deixo para que V. Exa se entender por bem dar resposta para depois continuarmos a discussão. Disse.”*

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)<sup>014</sup>

Vogal António Andias (PPD/PSD)<sup>015</sup>

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>016</sup>

*“Boa noite a todos. Começo por dizer que a bancada do PSD está bastante agradada com este documento que foi aqui apresentado. Muitas vezes não se dá o devido valor mas a continuação do investimento público em serviços públicos essenciais é fundamental. As questões dos investimentos nas escolas, na reabilitação das unidades de saúde familiares, que desde há muito tempo precisam de uma atenção muito pertinente.*

*Este executivo mostra aqui muita capacidade para trabalhar em parceria com diversas entidades, desde associação, empresas e outras entidades.*

*Falou-se aqui que o investimento na Cultura por si só não é muito importante! Não é a questão de haver mais concertos ou menos concertos. O que é muito importante para a Cultura é haver mais Teatro, é haver um apoio às associações culturais. Quem dirigente associativo sabe quais as dificuldades que há e esta Câmara consegue dar um apoio e esperemos que no futuro também consiga dar mais.*

*Depois esta questão deste documento ser eleitoralista. Eu penso que ele não é eleitoralista. Ele é feito a pensar no futuro não é só um documento para 8 meses e isso vê-se nas opções que ele tem.*

*Depois aqui um comentário acerca se este era o orçamento do CDS, falou-se aqui da vida interna do PSD, dos seus líderes. Eu acho que o que é verdadeiramente importante a nível partidário é saber se em 2017 se o PS vai a votos com o PCP e com o BE juntos ou se depois irão fazer uma coligação. Certamente isso seria importante para os aveirenses saber. Obrigado.”*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>017</sup>

*“Muito boa noite Senhor Presidente, muito obrigado. Nós começámos em campanha eleitoral — isso é evidente. Quando ouvimos as bancadas da oposição neste momento já não ouvimos críticas ao que esta Câmara faz. Ouvimos é já campanha para 2017. Estamos bem, com um ano de antecedência, eu percebo que os portugueses da oposição necessitem de muito tempo de candidatura. Precisam de um ano para demonstrar que são capazes de governar os destinos do município melhor que este executivo. Olhem desejo-lhes boa sorte. Nós por nós estamos perfeitamente tranquilos com a forma como este executivo tem conduzido o município. E quando digo nós refiro-me à coligação que o elegeram.*

*E uma vez que o Partido Social Democrata foi aqui chamado a explicar-se, deixem-me dizer-lhes o seguinte: os deputados municipais que aqui estão foram eleitos em listas pertencentes a determinados partidos. Os deputados do PSD que aqui estão foram todos eleitos na lista da coligação. Mas enquanto aqui estão representam o PSD. Não é quem aqui não está que representa o PSD nesta Assembleia. Quem representa os deputados do PSD são os que aqui estão, foram eleitos e legitimidade para o representar. Portanto escusam de andar para ai a agitar fantasmas com a presença ou não presença do senhor presidente da concelhia, que é deputado eleito, mas que entende aqui não vir, porque o conjunto de deputados que aqui vêm com a assiduidade que lhes é requerida pelos eleitores que aqui os colocaram, são eles que representam o PSD. Ponto final. São quem aqui está, quem discute os assuntos e quem os vota. E os deputados que aqui estão apoiam indiscutivelmente este executivo presidido pelo Eng. Ribau Esteves e continuarão a apoiá-lo para as próximas eleições se ele desejar recandidatar-se como tal, como nós desejamos que se recandidate.*

*Portanto fiquemos claro de uma vez por todas relativamente às tentativas de divisão do PSD porque há um senhor deputado que não vem cá porque entende que não deve vir. Isso é um problema dele e não do PSD sejamos claros sobre essa matéria.*

*Agora deixem-me dizer-lhes outra coisa. Vários intervenientes falaram dos condicionamentos do PAM. Nós vamos se calhar andar a falar dos condicionamentos do PAM até ao ano de 2030. Este executivo herdou uma Câmara com um problema financeiro gravíssimo. O que este executivo fez foi resolvê-lo. E se me disserem que esse passou três anos a tentar resolver o problema, deixem-me dizer-lhes “ainda bem que tentou”. Para que possa daqui para a frente e uma vez que seja concedido o visto do tribunal de contas, possa daqui para a frente, trabalhar para conseguir diminuir os problemas dos aveirenses. Porque não conseguia diminuir o problema dos aveirenses se não resolvesse o problema financeiro com que a Câmara estava quando aqui chegou. Não conseguia este executivo, não conseguia executivo nenhum, com base em qualquer das bancadas que aqui está presente. Como todos nós sabemos. Portanto tudo o resto é atirar areia pra os olhos das pessoas.*

*Primeiro que tudo era preciso garantir que se podia trabalhar na Câmara. Era preciso garantir que os credores não executavam a Câmara. Era preciso garantir que as contas bancárias da Câmara pudessem ser movimentadas, para depois se poder passar para o resto.*

*E a situação era tão grave que exigiu a pessoas que trabalharam afincadamente três anos para se resolver.*

*Podem dizer, não está resolvido, ainda falta o visto do tribunal de contas! Pois falta. Claro que falta. Mas nós temos esperança que ele possa vir. E não fomos só nós a ter essa esperança. Os senhores vereadores do Partido Socialista na Câmara também*

tiveram essa esperança. A bancada do Partido Socialista nesta câmara é que se esquece dessa componente dos senhores vereadores. É pena que se esqueçam. Porque é com base em tudo isto que se ganha credibilidade. É com base em tudo isto que podemos ouvir dizer “ que embora as juntas de freguesia gostassem de ter mais competências, essas competências têm de ser acompanhadas da assunção de compromissos pela Câmara”. Não adianta dar competências às juntas de freguesia se depois ninguém lhes dá o dinheiro para o exercício dessas competências. E é isso que esta Câmara faz.

Depois vêm dizer que não há estratégia!? Ó meus senhores houve estratégia anteriores de facto, mas de endividamento e que nos levaram à situação em que nos encontramos. Essa é que são estratégias espetaculares. Essa é que foram as boas estratégias? Não há Cultura! Que é um passo atrás o Museu ter sido municipalizado! Mas um passo atrás porquê? Já compararam o número de ações que existe neste momento com o número de ações que existiam anteriormente. Já compararam? Já perceberam a ligação que o Museu tem à cidade e compararam com a ligação que tinha anteriormente? E isso impede-nos de fazer acordos com outros museus. O facto de ser municipal impede-nos? Quais Museus aqueles que fazem planos e depois não tem dinheiro para fazer as exposições nem para as por em prática. Ou não leem os jornais que eu leio. E os concertos agora não são importantes, pois não! Antigamente não havia, era um sarilho, agora não são importantes. De facto se calhar não são. Não satisfazem toda a gente. Ainda não trouxemos o Quim Barreiros ao Teatro Aveirense. Enfim, não são importantes.

Quanto ao IMI. Também está todos os dias presente. Portanto o Senhor Presidente da Câmara é apontado como o grande carrasco do IMI. Carrasco dos aveirenses que resolveu carregar no IMI.

E quando se fala do IMI e se chama a si próprio a benesse de diminuição do IMI esquecem-se de duas ou três coisas. Não foi este executivo que deixou a Câmara em que ela se encontra. E em segundo lugar este executivo não aumentou o IMI pelo seu belo prazer. Este executivo estava obrigado a aumentar o IMI de acordo com a regra do programa de assistência financeira que estava a negociar.

Podem dizer “o programa não está em vigor não tinha direito a aumentar”. Sobre isso já falámos no último dia e não vou repetir-me constantemente. Sobre isso já falámos. Portanto falar sobre os aumentos do IMI e sobre as descidas do IMI olhemos para os motivos que levaram ao aumento do IMI. Isto é, olhemos para o descalabro financeiro em que esta Câmara se encontrava e as dívidas que esta Câmara tinha. Olhemos para isso.

Sobre o deputado Francisco Picado por quem nutro muito prazer como ele sabe, chamou atenção para o orçamento real ser de 55 milhões e que a dívida fica em mão de outros credores. É verdade.

Mas há aqui duas diferenças muito grandes. A primeira é que a dívida fica mas é muito mais barata. Portanto os encargos que nós temos com a dívida no momento em que o programa de assistência esteja aprovado e visado pelo Tribunal de Contas vão se mais baixos do que atualmente. O que diminui o esforço que os aveirenses têm de fazer.

Em segundo lugar é paga a dívida a um conjunto vasto de empresas que atravessam situações difícilíssimas desde há muitos anos, desde que eu estive aqui da última vez nesta Assembleia. Há dívidas para receber há imensos anos. Nalgumas delas coitadas já nem vai a tempo porque foram à falência entretanto. E o facto de se pagar às empresas vai permitir naturalmente dinamizar a economia local. O que não é de somenos importância. E portanto há aqui esta vertente que na minha opinião tem de ser realçada.

E finalmente, para aqueles que dizem que o documento é uma excelente peça de campanha eu diria que só no final da execução do orçamento é que a gente vai ver se foi

*uma excelente peça de campanha ou se foi um excelente planeamento da atividade da Câmara. Eu estou convencido que não vai ser uma excelente peça de campanha, vai ser um excelente exercício da atividade da Câmara. É disso que eu estou convencido. E a campanha eu deixo-a para quem de há uns tempos a esta parte mudou de discurso e começou a ver os defeitos nos olhos dos outros. Muito obrigado Senhor Presidente.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>018</sup>

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)<sup>019</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>020</sup>

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>021</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia em Exercício pela deferência. Senhor Presidente, gostaríamos de no PCP chamar a atenção para a situação que se verificou, que se prende com o facto de hoje, dia de discussão na Assembleia das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2017, durante toda a manhã a página da assembleia ter estado inacessível aos deputados municipais e o acesso aos documentos na plataforma. Não é a primeira vez que isto se regista e de facto numa data e numa altura destas, no dia da discussão, estar daquela forma obstaculizada a consulta aos documentos é absolutamente lamentável.*

*E queremos que esta situação da parte do Senhor Presidente não seja tomada de forma leviana. De facto entre as nove da manhã e o meio dia e meio esteve inacessível e isso seria apenas desagradável, se tivesse sido a primeira vez. Mas como sabe não foi a primeira vez. E já tem havido estas situações e problemas com o manuseamento dos documentos que estão em discussão na Assembleia Municipal.*

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex.mos Senhores deputados, Ex.mo Senhor Presidente de Câmara. O Partido Comunista Português para fazer aquilo que são as Grandes Opções do Plano para 2017 bem como o Orçamento para 2017, iniciou esse trabalho por observar aquilo que era o decorrer da execução em relação às GOPs e ao Orçamento para 2016, atendendo áquilo que são os anexos da Comunicação Escrita do Presidente nesta mesma assembleia.*

*Assim verificou-se que em matéria da taxa de execução das receitas até 31 de Outubro de 2016 a taxa situava-se nos 41,5 milhões. Cerca de apenas 50% face ao orçamentado. E aqui regista-se uma quebra enorme que será essencialmente das receitas de capital.*

*No anexo da Comunicação do Presidente em relação ao controlo orçamental da despesa, verificamos que a receita real foi inferior a 42 milhões de euros, mas com compromissos assumidos na casa dos 140 milhões. Sendo que 72 serão para este exercício corrente e 67 para exercícios futuros.*

*E repito, a Comunicação do Presidente, no anexo orçamental da despesa tem apenas 37,2 milhões de euros.*

*No anexo da Comunicação no controle anual das GOPs verifica-se que a taxa de execução está apenas em 20%!? Gastaram-se 7.2 milhões contra os 35 milhões inscritos. Há 170 objectivos de GOPs para este ano de 2016 que estão a zero!? E nota-se que há outros que ficaram bem distantes do previsto. Como por exemplo no caso de infraestruturas elétricas e de telecomunicações. Em que para 75 mil euros previstos apenas se executaram 454 euros.*

*Quando se fala e se valoriza aquilo que são as grandes opções do plano para o ano de 2017 convém assinalar aquilo que tem sido o insucesso nas GOPs anteriores bem como verificar que as GOPs para 2017 já se encontram previstas atrás e já atrás não foram cumpridas.*

*Portanto cremos e acreditamos que “cautelos e caldos de galinha” são necessários. Mais. Outros deputados já chamaram atenção para o espaço de tempo de execução destes assuntos.*

*Em relação ao Orçamento para 2017 há umas receitas correntes na casa dos 49 milhões de euros. Na nossa previsão há aqui uma previsão que corresponde aquilo que infelizmente é a realidade discal na vida do município. E também consideramos que estes números se apresentarão adequados como aqueles que darão uma expectativa real de receita.*

*Verificamos que há uma previsão de receitas de capital de 93 milhões onde se incluirão os 86 milhões do FAM que, a concretizar-se, garante no essencial aquilo que serão as receitas de capital.*

*Em relação a outros assuntos verificamos ainda e presumimos um aumento muito substancial daquilo que são as despesas correntes. Eventualmente e aqui é a questão que se coloca, se este aumento substancial de despesas correntes tem relação com aquilo que será a redução da dívida não financeira.*

*Questões que não tocámos ainda. Os 140 milhões de compromissos assumidos entre 1 de janeiro e 31 de outubro, em nossa opinião suscitam-nos um alerta. Porque 75 milhões são para este exercício. E isto é uma situação que nós não deixamos de assinalar.*

*Em relação às GOPs e terminava, analisando aquilo que são as GOPs individualmente consideradas, dificilmente se encontram motivos de discórdia. São assuntos que enfim, necessidades umas mais prementes que outras, que se enquadram com aquilo que são as necessidades do município e da vida dos munícipes. Mas de facto é complicado fazer uma valorização destes conteúdos e da sua execução, quando vemos que a deste ano vai apenas em 20% de execução. Tenho dito.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[022](#)

*“Muito obrigado pelas interações, pelas questões, pelas abordagens. Em primeiro lugar, eu gostava de dar nota ao António Neto que nós estamos a trabalhar na nossa candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura. É um processo muito longo, muito intenso, tem uma fase que ainda vai demorar mais alguns meses sem visibilidade externa. Não é dois mil e vinte e sete porque tenhamos inventado, é dois mil e vinte e sete porque é o próximo ano em que uma cidade portuguesa pode ser capital europeia da cultura. Temos mais duas candidaturas assumidas na praça pública e fala-se em pelo menos mais duas. As assumidas são as de Leiria e Faro. Estamos a fazer o nosso trabalho que tem que ser feito nesta fase sem visibilidade. Em fases mais à frente, a próxima, vai nascer durante o ano de dois mil e dezassete, haverá operações com visibilidade pública. Uma das notas que o António Neto pode ver nos escritos que já fizemos tem a ver com a operação de capacitação da parceria institucional na área da cultura. Um dos ganhos que nós vamos ter de certeza absoluta neste processo é exatamente essa capacitação, para além do outro ganho que é o de querermos vencer a candidatura. Isto não é um trabalho da Câmara, é um trabalho da nossa câmara com outras câmaras, é um trabalho com entidades do Estado, é um trabalho com as nossas associações privadas sem fins lucrativos, é um trabalho com várias entidades de dimensão europeia. Ninguém faz um processo desta natureza sozinho. O Director técnico da nossa operação é uma pessoa que já participou noutras operações e, portanto, tem boa experiência para tratar desta matéria e um dos nossos funcionários esteve na equipa técnica de trabalho da candidatura ganhadora da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade. Portanto, nós temos boa noção do que é que estamos aqui a fazer e do que é que é preciso tratar. Este é um processo sério, profundo, e não é nenhuma pirueta de circo*

*para fazermos de conta que temos aqui uma coisa importante. Temos mesmo aqui uma coisa importante naquilo que é, em primeiro lugar, a construção da própria candidatura porque daqui até à apresentação formal da candidatura são mais quatro anos. Mas há aqui um trabalho de capacitação desta equipa gestora de cultura que é um dos ganhos que, de certeza absoluta, vamos ter.*

*Quanto à ideia do Orçamento condicionado, vários de vocês falaram nisto, deixe-me dizer que isso não existe. Um dos ganhos que vamos ter com a entrada em plenitude do PAM, com o Visto do PAM, que resolve este problema que o Filipe Guerra apresentou bem, com alguns números errados mas globalmente correcta, é nós aprovarmos um Plano com o pressuposto de aprovação do PAM mas depois se não temos o PAM aprovado é que nos impede fazermos certas tipologias de despesa nos termos da lei. Isto justifica a abordagem que o Filipe Guerra fez e bem. Eu sei que o Bloco de Esquerda não concorda com isto, mas a grande questão é que o Visto do PAM liberta-nos dos condicionalismos, nós passamos a ser livres para fazer com a nossa capacidade de investimento que é e será sempre, espero que tenhamos juízo e não o percamos como perdemos no passado, limitada. Só que com os dez milhões, com os cinco milhões, com os cinquenta milhões, com o valor que tiver quem manda no destino de cada um dos euros, na tipologia da despesa, passamos a ser nós livremente. No exercício de dois mil e dezasseis, que está a acabar, no de dois mil e quinze que já acabou, nós não somos nem fomos livres, estamos subordinados aos serviços públicos essenciais e a algumas coisas um bocadinho fora disso que derivam da atividade directa do Município onde está, por exemplo, a área da cultura. Este é um condicionalismo brutal do qual nos libertamos com o Visto ao nosso PAM.*

*O Dr. Jorge Nascimento baralhou os números porque não tem jeito nenhum para números, mas nós já estamos habituados, divertimo-nos consigo e é sempre um encanto ouvi-lo a tentar exercitar números sem ter jeito nenhum e não dizer coisas com nexos sobre a matéria. Deixar-lhe uma nota sobre números. As nossas Juntas de Freguesia estão, este ano, a executar delegações de competências num valor ligeiramente inferior a meio milhão de euros. A nossa estimativa orçamental que aqui está triplica esse valor. Triplicar esse valor bate todos os recordes do nosso Município na cooperação com as juntas de freguesia, com uma nota que os Srs. Presidentes de Junta sabem e que aqui reconhecem. E não é para fazer favores de nada é porque é a verdade, aliás é uma verdade por adiantamento porque nós estamos a trabalhar com as nossas Juntas adiantando ao bimestre a verba que vão executar os dias seguintes à transferência financeira. Qual foi a Junta que não recebeu o dinheiro nos primeiros dias de cada bimestre? Nenhuma. Portanto, Sr. Dr., isto é objetivo, é sério, já pagámos metade da dívida e ainda nos falta pagar outra metade, que a queremos pagar o quanto antes, para termos uma parceira que, além de tudo mais o resto as parcerias com as delegações de competências, tem muitas outras matérias: pequenas obras, pequenas ações de cooperação a vários níveis. Não pense que se cinge a isto. Aliás, sugiro-lhe, por exemplo, uma manhã ou uma tarde de trabalho com a Junta de Freguesia de S. Bernardo para perceber que o trabalho de cooperação que temos não se cinge às delegações de competências.*

*Há algumas expressões suas que, de vez em quando, baralham os mais atentos sobre esta questão da mistura do privado e do público porque parece que o Sr. está a lançar umas coisas para o ar mas olhe que no que a mim respeita é para o lado que eu durmo melhor. É zero, é como se não existisse. Mas devo-lhe dizer o seguinte. Uma das boas coisas que recebemos do Presidente Élio Maia, com a sua assinatura e com a sua negociação, foi exatamente o protocolo com a Portucel, um protocolo que nos garantiu trinta e cinco mil euros para pagar Planos e Pormenor e Projatos e quinhentos mil euros para*



*comparticipar as obras que estamos a fazer. Foi das boas coisas que o Presidente Élio Maia deixou para o nosso mandato. De resto um desastre. Por exemplo, eu não posso aceitar que no balanço financeiro dos apoios entre a Navigator e a Câmara, a agora Navigator ficaria a ganhar meio milhão de euros porque o Presidente Élio, à sua boa moda, assinou a isenção total de taxas de licenciamento. Sabem quanto é que valem as taxas de licenciamento das três fases da obra da nova fábrica? Quase um milhão de euros. Balanço? Meio milhão a favor da Portucel. Aquilo que nós fizemos quando chegámos, à terceira reunião com a empresa ficou acordado, foi dizer “negativo”... isenção de taxas “zero”. Portanto, o balanço passou de quinhentos mil negativo para o nosso lado, positivo para o lado da empresa, para um milhão e meio positivo para o lado da Câmara. V. Exa. acha que isto é misturar mal. Pois olhe, eu acho que o Presidente Élio Maia misturou bem e nós misturámos muito bem. Seriedade, transparência total e ganhos mútuos. A obra que estamos a fazer tem, de facto, ganhos mútuos. A Portucel não está a dar nenhuma dívida externa, está a participar um investimento que é, para si, muito importante e que não era possível, por motivos particularmente óbvios, dividir a obra em duas obras e uns faziam da rede para lá e outros faziam da rede para cá; não era possível. É uma atitude objetiva, séria, de conquista de capacidade financeira com total transparência e com total e rigoroso cumprimento da lei. A mesma coisa quanto à permuta do terreno. Não baralhe, Sr. Dr. leia a nota de imprensa da Câmara, leia a deliberação. Nós permutámos a propriedade de um terreno pela obra de uma estrada que terminada passa a ser obra nossa, municipal e de acesso público O privado que fez a permuta connosco não manda nem um cisquinho na estrada quando ela estiver pronta, tem que fazer a obra direitinha. E o parque infantil/geriátrico que vai fazer, nós queremos que os netos que vão visitar os seus avós vão para o parque brincar com os seus avós, é uma aposta nossa e da empresa e vai ser público, o jardim que vai existir naquele terreno, enquanto a empresa não tiver o objetivo de vir a construir um equipamento social complementar ao que está a acabar, para já não o tem, é de fruição pública. Não vai haver nenhuma porta para entrar. O Sr. Dr. pode chegar lá e estacionar a sua bicicleta porque vai ter um elemento para estacionar a sua bicicleta e fazer uma ginástica com os elementos do parque geriátrico sem pagar nada. Portanto, isto é assim, claro, transparente e bom para o erário público.*

*Não vale a pena, Aida Tavares. A Sra. Dra. Está completamente perdida. A página dezasseis é a transcrição que nós fazemos de uma decisão política nossa, transcrevemos o compromisso que assumimos com os nossos cidadãos no acto eleitoral. Está lá dois mil e catorze porque era o nosso primeiro ano de trabalho. Eu sei que a Aida Tavares não teve tempo para ler nada disto mas não baralhe porque para baralhar já chega o Dr. Jorge Nascimento. Aida Tavares, leia a página setenta e quatro onde está um dos maiores investimentos que estão previstos no Plano e Orçamento e que é a qualificação da nossa Área de Localização empresarial e que quer dizer, á moda antiga, Zona Industrial de Aveiro-Norte. Estão aqui os oito milhões de euros. E porque é que são oito milhões de euros? Porque correspondem ao valor da nossa candidatura.*

*Filipe Guerra, vamos ter a execução mais baixa? Vamos porque não nos vão aprovar uma candidatura com todo o valor com que nos candidatámos porque a concorrência foi muita e é preciso dividir o bem, o valor do concurso, pelas aldeias, pelas várias câmaras que concorreram. Sabemos que a nossa candidatura vai ser aprovada mas ainda não está o fechado, e muito menos comunicado, o valor que nos vai ser atribuído.*

*Quanto aos quarenta por cento dos objetivos não especificados, Aida Tavares, isso está tudo baralhado. Trabalhe mais um bocadinho, estude isso e depois a gente fala e eu estou ao dispor para falar consigo sobre essa matéria.*

*Agradecer as notas do Jorge Greno e do Paulo Marques. As geminações são algo importante. Nós não temos trabalhado muito as geminações. Temos trabalhado muito pouco mas decidimos honrar os compromissos assumidos pelo Presidente Élio Maia, com pena porque eles ficaram com o lado bom e nós temos as despesas. Três Vereadores foram quase dez dias para Oita, Japão, que foi muito importante politicamente para o nosso Município. Depois, no ano passado, nós tivemos que receber uma delegação de vinte cidadãos de Oita, jogadores de futebol, e que cá estiveram connosco cinco dias a jogar à bola com o nosso Bonsucesso e com o nosso Taboeira. Correu bem, ganharam eles mas correu bem. Pagámos tudo direitinho, acolhemos cá a rapaziada e correu cinco estrelas. Agora, temos que cumprir a parte que nos falta e que é a nossa ida lá. E lá tem uma coisa boa, pagam-nos tudo, almoço e jantar, banho para depois dos jogos, tudo. Temos é um problema porque temos que pagar o avião. Mas nós honramos os compromissos que entendemos importantes e bons na tal relação positiva com as geminações. Temos limitações, não podemos estar a investir muito nesta matéria das geminações a não ser em compromissos assumidos, como este que estou a referenciar. É uma matéria que liberta esta questão porque temos que intensificar a relação com as que já temos. Algumas não porque temos dezoito geminações e há cerca de metade que não interessam mas há cerca de metade que interessam muito e que temos que intensificar e, eventualmente, somarmos uma ou outra congeminação formal ou com acordos de cooperação como agora se tratam.*

*Em relação á nota das placas toponímicas que já aqui falámos também é uma área que nós temos que intensificar o investimento por ser objetivamente importante, não sendo um serviço público essencial como todos temos boa consciência disso.*

*Há uma nota que o Paulo Marques referenciou e que é muito importante para transitarmos para as questões do Francisco Picado que é esta coisa de “estarmos no caminho certo”, de “pagarmos a quem devemos”. Ainda anteontem, numa sessão com empresários, em Esgueira, quase todas micro e pequenas empresas, dois dos empresários vieram, no fim, agradecer. Não tinham que agradecer nada porque são fornecedores da Câmara e agora gostam de ser fornecedores da Câmara porque lhes pagamos, dentro dos prazos. Viveram o diabo porque não lhes pagámos durante muitos anos. Houve um tempo, este ano, em Abril, que receberam porque são pequenas empresas e as contas eram todas inferiores a cinquenta mil euros. Agora, voltaram a querer ser fornecedores, são-no por seu mérito e por seguramente terem ganho as respectivas consultas, porque estamos a pagar a tempo e horas. Já disse e repito, é das obras mais importantes que está feita nestes três anos e é uma das obras mais importantes que queremos continuar a fazer com a execução deste Plano e Orçamento que aqui está á nossa consideração.*

*Portanto, Francisco Picado, estas notas que o Henrique Diz ajudou a lembrar demonstram que a sua opção está errada, está tudo errado. Está errado politicamente, está errado tecnicamente, nem parece o Francisco Picado, o antigo, agora o moderno sim, está à sua moda de demagogo embora sem jeito. De facto, V. Exa. não tem jeito. Não é verdade que em relação à dívida o dinheiro vai entrar, vai sair e fica tudo na mesma. Não é verdade. Porque as três notas que o Henrique Diz aqui partilhou é que são a verdade porque vamos pagar menos porque o custo é muito inferior, porque vamos apoiar a economia e os cidadãos. Eu nunca soube na minha vida e penso que os presentes também não o que é ter ordenados em atraso, o que é não nos pagarem, o que é eu não conseguir cumprir os meus compromissos porque há uma outra entidade que não me paga. É muito violento, falem com as pessoas que ainda são muitas. E outra nota: todos os anos, no cumprimento do nosso PAM; vamos reduzir a dívida, ela não vai ficar cá, ela vai saindo ano após ano. Portanto, essa sua tese está completamente errada.*

*Eu sei que o Partido Socialista anda aqui no desespero das causas. Aliás, um dos seus escribas de serviço veio esta semana fazer a antecâmara da Assembleia Municipal, que é «isto até nem está assim a correr muito mal, mas esta malta não tem estratégia», obviamente que quem não lê a estratégia não a pode conhecer, vocês não lêem estratégia nenhuma, não leme a revisão do PDM, não lêem o PEDUCA, não lêem tudo o que está escrito na área da cultura, na educação; como não lêem nada não há estratégia. Mas há estratégia e está a ser objetivamente executada. Mas agora há ainda uma nova tese: «esta malta tem as contas em ordem e, caramba, conseguem ter as contas em ordem mesmo sem receberem a assistência financeira», «já pagam a toda a gente». A pior crítica que se fez à Câmara de Aveiro durante muitos anos era não pagar a ninguém. Pagamos a toda a gente... por aqui já não vamos. Então temos aqui uma tese nova que é «as coisa agora estão a acontecer» ou como diria Pires da Rosa «Aveiro já mexe porque vamos ter eleições». Nós avisámos desde o princípio que o trabalho que iríamos fazer ia ser muito duro, ia ser muito interno, mas a partir de certa altura as operações visíveis aos cidadãos, nomeadamente de obra, iam crescer exponencialmente. Por esse motivo e por outro motivo que é a transição dos Quadros dos Fundos Comunitários. Nós fechámos o QREN como foi possível, e foi globalmente bem, e estamos agora a arrancar com o Portugal2020 mas a maior parte dos recursos financeiros ainda não estão disponíveis. Sabem porque é que ainda não apresentámos as candidaturas das USFs e das nossas duas das três escolas? Porque há um erro no aviso por causa da eficiência energética e que é preciso corrigi-lo porque se não nem as nossas candidaturas, nem oitenta por cento das candidaturas dos municípios podem ser aprovadas porque há um erro no processo por causa da qualificação do patamar da eficiência energética que está exigido no aviso. Se não, quatro das nossas cinco USFs e duas das nossas três escolas já tinham sido candidatas. Aliás, por isso, o Governo alterou o prazo da candidatura que era até trinta e um de Outubro. Portanto é esta a dinâmica e, de facto, aquilo que o Francisco Picado disse eu acho que ele exagerou; quando disse que se nós conseguirmos executar este Plano somos Super-Presidente e Super-Executivo. Nós vamos apenas concretizar aquilo que assumimos como compromisso. É evidente que se nós tivéssemos conseguido resolver a questão financeira em dois anos, era a nossa previsão, e não em três anos que é aquilo que vai acontecer, este lançamento não era feito com um ano de antecedência. Porquê? Porque faltavam os Fundos Comunitários. O ano passado não havia Fundos Comunitários como há agora e já podemos fazer candidaturas. Já expliquei, Filipe Guerra, é outra nota por causa da execução, nós para apresentarmos candidaturas o dinheiro tem que estar no Orçamento se não, não há cabimento e significaria que a Câmara não quer, não está no seu documento e, portanto, para que serve a candidatura? Esta coisa das execuções é preciso ser vista a vários níveis para percebermos se a não execução é uma coisa boa ou é uma coisa necessária em termos das operações de formalização para que venham a ser coisa física. Agora, tenham a certeza absoluta que este Plano irá ser mesmo executado. Cá estaremos para ver, Filipe Guerra; o meu amigo ainda por cima é mais novo que eu e tem mais probabilidade de estar cá para ver. Vai mesmo ser executado, este ano não, mas no próximo ano de dois mil e dezassete.*

*Eu sei que o Partido Socialista está muito ansioso e o seu escriba de serviço já anunciou que isto agora é que vai ser demagogia. Quanto ao estar em campanha eu repito o que sempre disse. Nós vivemos tranquilos com a democracia. Vai haver eleições? Ainda bem, é sinal que o tempo passou, que estamos vivos e que estamos cá. Nós estamos em campanha eleitoral desde o primeiro dia, não há cá intervalos. Estamos sempre em campanha eleitoral. Esta coisa de haver eleições a nós não nos afecta a performance política porque estamos sempre em campanha eleitoral, a falar com os cidadãos,*

*estarmos próximos deles a conhecer os seus problemas. É a nossa atitude. Não mudamos é de discurso, de atitude, de trabalho. Outros têm que estar sempre a interromper a dizer que não no tempo de intervenção dos outros porque fazem exatamente o contrário daquilo que dizem; está tudo dito por eles próprios no seu exercício de excitação que para nós já é normal. Nós vivemos a democracia com calma.*

*Este Plano não é para oito meses, primeiro porque as eleições não serão a trinta de Agosto, nem a um de Setembro. As eleições serão entre quinze de Setembro e quinze de Outubro, de acordo com a lei; dizem, quem prevê, que se calhar será a um de Outubro. As posses serão sempre para finais de Outubro, serão sempre mais ou menos um mês após a eleição. Em termos de responsabilidade essa é a meta da nossa responsabilidade política. Mas há uma outra responsabilidade que é a responsabilidade de planearmos o ano todo. Há aqui muito trabalho que vai para Novembro e Dezembro e que seguirá para dois mil e dezoito, dois mil e dezanove, etc. Para o Partido Socialista parece que o mundo acaba na eleição autárquica. Admito que acabará para alguns mas para o Município de Aveiro é que não vai acabar mesmo.*

*Eu sei que o Presidente João Carlos Morgado anda muito fora da vida, tenho ido muitas vezes a Eixo mas não o encontro, tenho falado imenso com os seus colegas de Executivo, consigo não porque não tem estado presente nas ações das associações de Eixo. Eu sei que a sua vida não lhe permite mas eu tenho estado muito em Eixo e falado com as pessoas. O Sr. Presidente sabe bem a resposta sobre tudo isto, vem para aqui fazer circo. Tem é que tomar uma decisão: se quer continuar a trabalhar connosco com seriedade e em espírito de equipa ou se quer passar ao circo socialista eventualmente entusiasmado com aquela convenção que mudou a abordagem do Partido Socialista à política aveirense que foi feita em Eixo e na qual, eventualmente, V. Exa. se inspirou muito para vir para aqui com uma intervenção que não faz qualquer sentido. O Sr. sabe a resposta, sabe quais são as responsabilidades da Câmara, quais são as do Governo do país, e, portanto, não vale a pena. O que vale a pena é tomar uma decisão se quer prosseguir um trabalho de equipa, de cooperação, ou se quer andar na politiquice como me pareceu hoje; mas não me tem parecido isso das conversas que tenho tido com os seus dois colegas de Executivo que têm uma atitude positiva, construtiva, preocupada e ciente. Eu sei que em Eixo temos este episódio: aqui é uma coisa, nas negociações connosco é outra coisa, e depois na politiquice é outra e as orientações novas da convenção baralharam um bocado o Presidente João Carlos Morgado até porque não tem grande jeito para estas coisas da politiquice é um homem que tem jeito para trabalhar e temos trabalhado bem mas depois baralha-se um bocado quando vem fazer aquilo que lhe mandam para fazer ou que lhe pedem para fazer com muita intensidade.*

*Dr. Marques Pereira, enfim, o Sr. agora anda aí a gerir fantasmas e agora escolheu o fantasma Victor Martins. Em todas as reuniões gosta do fantasma Victor Martins. Olhe, eu sugiro-lhe uma reunião com o Presidente Victor Martins, se quiser que eu lha marque terei o maior gosto em proporcionar esse encontro, marcarei com gosto, faço-lhe a ponte com o Presidente Víctor Martins. Agora, é um fantasma, normalmente as pessoas não têm fantasmas mas o Marques Pereira tem um e nos últimos meses, já vários, em todas as reuniões cá vem com esta matéria. Podia era ajudar-nos porque até pensei que o Presidente João Carlos Morgado iria perguntar isso e que é “onde é que está o Espaço do Cidadão em Eixo?”. Como V. Exa. é adjunto da Sra. Secretária de Estado da Administração podia-nos dar uma ajuda e desbloquear os Espaços do Cidadão do nosso Município que este Governo emperrou e que nunca mais andam. Em vez destas diatribes podia-nos ajudar na sua função de adjunto da Sra. Secretária de Estado a tratar do problema em vez de estar aqui com as suas excitações inconsequentes que não nos ajudam a resolver coisíssima nenhuma.*

*Eu acho que é muito importante que nós tenhamos consciência que a abordagem que a Susana Esteves, o António Andias, o Simão Quina e o Henrique Diz fizeram a este exercício que aqui está é uma abordagem objetiva, concreta, olhando à proposta que aqui está e que é aquilo que está em causa e não aos autos de fé, mesmo que os autos de fé sejam tão diferentes como o do Francisco Picado que tem um elevado auto de fé e o Marques Pereira que tem um baixíssimo auto de fé. Ou a nota que deu o Filipe Guerra que, ouvimo-lo com clareza, não há motivos globais de discórdia com o que aqui está proposto. Fiquem com esta nota clara: a maior parte do que aqui está proposto está formalmente contratado. Se a Câmara não quiser fazer o que aqui está escrito, as escolas que aqui estão, as USFs que aqui estão, as intervenções do PEDUCA que aqui estão, seria o cúmulo. Então nós andamos há três anos a lutar com o anterior Governo e com o actual, com as autoridades de gestão dos Fundos Comunitários, para termos direito aos fundos, assinámos os contratos, duas datas principais em trinta e um de Agosto de dois mil e quinze a do Pacto e a trinta de maio de dois mil e dezasseis a do PEDUCA, está tudo a andar. O Marques Pereira perguntou-me sobre a Avenida. Terei todo o gosto em explicar-lhe as ideias da Avenida porque estamos nos actos preparatórios para lançar o concurso do projeto e vamos falar sobre isso com clareza, não posso é falar de tudo ao mesmo tempo porque eu também tenho limitação de tempo. Mas explico-lhe com toda a clareza do mundo. Estamos a fazer reuniões com quem foi gestor das ideias anteriores para enriquecer a base da nossa ideia que é uma Avenida que tenha capacidade para circular em peões, bicicletas, os automóveis, que tenha qualidade urbana e que cumpra a sua missão de eixo estruturante da urbanidade da nossa cidade. Não a vamos transformar numa ciclovia como alguns acham que devíamos, não vamos de todo, mas vai ter ciclovia. Estamos com todas estas operações e, portanto, o nível de probabilidade de execução do Plano e Orçamento que trazemos à Assembleia Municipal é mesmo muito alto se não estaríamos numa opção suicida. Julgo que todos têm a certeza que nós, a maioria que nos governa, as pessoas que lideram este processo, não são suicidas. Nós fizemos muitas reuniões de trabalho sobre esta matéria, nós, obviamente eu e os quatro Vereadores, com as estruturas de chefia da Câmara. Reuniões feitas bem antes de estar fechado o nosso documento com as bancadas do PSD e do PP. Reuniões com as comissões políticas dos dois partidos onde esteve o fantasma do Marques Pereira para tratarmos deste documento antes dele ser documento. Está aqui um compromisso muito forte e um compromisso que assenta no compromisso que assumimos com os nossos cidadãos no acto eleitoral ou na vitória eleitoral que legitimou o nosso projeto. Essa abordagem, Filipe Guerra, dá de facto a certeza que nós vamos executar este documento que aqui está. Onde é que ficam as dúvidas? Na velocidade de execução. O PAM é no primeiro trimestre que fica visado ou não? A aprovação formal das candidaturas para haver o fluxo financeiro quando é que começa? É em Fevereiro, é em Abril? Os vistos do Tribunal de Contas, a maior parte destas intervenções, as acima de trezentos e cinquenta mil euros têm que ir a Visto, vão demorar só trinta dias ou mais? Nenhum de nós é dono absoluto do cronograma. Agora, aquilo que aqui está com eventual deslize por força destes fatores que acabei de referenciar é mesmo para executar. Há um dado fundamental e necessário: ganharmos autonomia. E ganharmos autonomia é, de facto, termos o nosso Programa de Ajustamento Municipal visado para nos libertarmos do constrangimento grave que temos no que respeita à tipologia de despesas que podemos executar no quadro das nossas actividades.”*

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)<sup>023</sup>

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação o Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, sendo o mesmo aprovado por maioria<sup>024</sup> (do número total de membros do órgão de trinta e sete), com vinte votos a favor (PSD12+CDS6+IND2), uma abstenção (PS1), e nove votos contra (PS5+BE1+PCP1+IND2).**

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):<sup>025</sup>

*“O PCP gostaria de fazer a seguinte declaração de voto. Em relação a este ponto o Presidente da Assembleia Municipal fez a votação una do ponto e por isso o PCP votou contra. Se o presidente da Assembleia Municipal em exercício tivesse optado por fazer a votação em separada as GOPs e depois outra votação para o Orçamento, o PCP teria votado contra as GOPs e a abstenção em relação ao Orçamento. Nós fizemos um conjunto de considerações sobre aquilo que tinha vindo a ser as GOPs, sobre aquilo que foi a execução em 2016 quer da receita, quer da despesa. Portanto fizemos uma consideração negativa em relação a esses aspetos, mas em relação ao Orçamento considerámos que ele de alguma forma e havendo o agrément do FAM estaria relativamente equilibrado. Tenho dito.*

Vogal Jorge Nascimento (JPA):<sup>026</sup>

*“Votámos contra porque achamos que se trata de um documento de injustificada propaganda política eleitoral. E Também porque cerca de 40% das verbas nele inscritas não foi possível escrutinar qual o seu destino!?”*

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do artigo 31.º do Regimento:<sup>027</sup>

*“Senhor Presidente, apenas um ponto prévio na minha declaração de voto, com um ponto de ordem à Mesa, para sublinhar o seguinte – e a Mesa fará como bem entender, soberanamente, com a sua experiência e a tolerância que tem demonstrado.*

*Que é para sublinhar uma coisa ao Senhor Presidente da Câmara, que está no nosso Regimento e sempre esteve, não sei se estava no de Ílhavo, mas neste está, que é em qualquer assembleia democrática, que é a figura da tomada da palavra, quando alguém está a falar, de poder haver as interjeições normais. E portanto isso não viola o Regimento e não falta à educação nem ao respeito a ninguém, faz parte da vida democrática para que uma assembleia não seja “mudorrenta” e enfadonha. E possa ser viva, possa haver dialéctica e possa ser rica, Senhor Presidente.*

*Portanto V. Exa fará o favor, convido-o a que quando eu estiver a falar, se lhe apetecer alguma coisa diga — levarei a bem essa sua interjeição. Porque V. Exa aqui não dá catequese. Faz uma intervenção política e é criticado por isso.*

*O Senhor Presidente tem de perceber também, que numa assembleia democrática, não é o Presidente de órgão executivo que manda no Presidente do órgão deliberativo — como aconteceu tão recentemente numa Assembleia Intermunicipal.”*

Presidente da Mesa:<sup>028</sup>

*“Portanto Senhor deputado, isto fica como sendo um preâmbulo da declaração de voto?”*

Vogal Marques Pereira (PS):<sup>029</sup>

*“Senhor Presidente é como uma interpelação à Mesa.*

*A nossa declaração de voto em relação àquilo que aqui se passou é muito simples. Do nosso ponto de vista as Grandes Opções do Plano e Orçamento não conseguirão ser executados nos moldes em que aqui foram apresentados. Entendemos que, é um documento vazio de estratégia e que por isso será inconsequente. E está completamente dependente do PAM.*

*E portanto é um documento que do nosso ponto de vista não é bom para o município. E queremos também deixar claro (e foi por isso que não tomámos mais da palavra tendo ainda tempo para isso) que repudiamos a linguagem e as invectivas pessoais que foram dirigidas aos elementos do Partido Socialista, que aqui tomaram da palavra por parte do Senhor Presidente da Câmara. Disse.”*

Presidente da Mesa:<sup>030</sup>

Presidente da Câmara: — Nos termos do artigo 35.º do Regimento<sup>031</sup>

*“Defesa da honra porque enfim, o Doutor Marques Pereira pôs-me aqui uma lição de moral e como eu não a aceito, quero apenas devolvê-la para que a minha Honra não seja perturbada, só para a devolver.*

*O Doutor Marques Pereira faz as intervenções como muito bem entende e de mim tem sempre um respeitoso silêncio. É a minha forma de estar na política e de ser educado.*

*Vexa está sempre com invectivas, passa a vida fora da Assembleia, estamos a falar para si e V. Exa não está aqui. É uma forma diferente de ser, neste caso de membro da Assembleia Municipal e de estar perante os nossos colegas.*

*Estou aqui, como sabem, desde a primeira reunião, não há um minuto que eu saia da minha cadeira — para fazer seja o que for. Estou aqui sentado do primeiríssimo ao último minuto, esteja vocês a dizer coisas muito importante ou pouco importantes.*

*O Marques Pereira põe-se daqui-para-fora, para mim é uma falta de respeito para com os outros. Mas para o Marques Pereira não! É uma (como é que ele disse) interjeição! Neste caso cadeirística. E portanto V. Exa interjeite como muito bem entende — e tem o meu respeito. Embora tem a minha discordância. Então agora não posso chamar demagogo? Estou a ofender? Não. Estou a dizer uma coisa que não é exactamente simpática, mas estou a dizer o que acho. Que no caso dirigindo-me ao Francisco Picado achei que ele estava a ser demagogo. Pronto.*

*Demagogo é o quê? É estar a dizer uma coisa que não tem uma relação directa com a realidade. Pronto. Isto não é bom de ouvir? Não. Não é muito simpático de dizer? Também, não. Mas está dentro da correção.*

*Então as interjeições do Marques Pereira não estão nas correções! Deviam estar. Devia aceitá-las. Eu que as aceite em silêncio! E eu ter feito uma acusação política de demagogia já é uma ofensa grave!?*

*Portanto eu mantereí a minha atitude de pessoa educada e que está absolutamente calada quando está a ouvir. Realmente riu-me de coisas que acho graça, nomeadamente em relação ao Jorge Nascimento, mas compreenderá que não tem nenhum sentido negativo. É o achar graça mesmo e levamos isto tudo a bem.*

*Agora ó Marques Pereira, exerça a sua função como muito bem entende que eu também. E em meu exercício também cumpro o Regimento. Que nesta matéria das interjeições é igualzinho ao de Ílhavo. Um abraço.”*

Vogal Marques Pereira (PS) — Nos termos do número 2 do artigo 35.º do Regimento<sup>032</sup>

*“Bom, eu quero só dizer o seguinte: as interjeições de que eu às vezes uso, porque elas são regimentais, estão dentro da lei e do regimento. O Senhor Presidente aqui ainda na última Assembleia Intermunicipal disse que desvaloriza os regimentos e essas regras!?”*

*Isso é seu. Eu respeito as regras. E exerço o meu mandato como bem entendo. Levanto-me quando entendo. Falo com quem entendo. E V. Exa não tem nada a ver com isso. Lamento de facto que V. Exa não tenha a maioria política para perceber isto e ter que pedir a Defesa da Honra por eu lhe ter explicado o óbvio. Disse.”*

## **Ponto 8 – Apreciação e votação da proposta de Concessão do Direito de Ocupação de Espaço Público para Instalação e Exploração de Publicidade.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião extraordinária, realizada em 31/10/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa em exercício<sup>033</sup> deu conhecimento do pedido do Presidente da Câmara Municipal, no sentido de retirar este ponto da Ordem-do-Dia. Não se verificando qualquer oposição do plenário a Mesa retirou o ponto em epígrafe.

## **Ponto 9 – Apreciação e votação da proposta do Contrato de Comodato com a Freguesia de Santa Joana - Fração autónoma designada por "BU" do Empreendimento Habitacional do Caião III.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 07/09/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa em exercício<sup>034</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>035</sup>

*“Sessenta segundos para dizer que esta é mais uma forma de cooperação com as nossas Juntas de Freguesia. Entendemos que a nossa Junta de Freguesia de Santa Joana não tem condições a este nível, temos um espaço disponível, estamos a disponibilizá-lo com qualidade, bem localizado. Fizemos este acordo com a Junta de Freguesia de Santa Joana para que possa tirar proveito de um equipamento municipal que, com todo o gosto, lhe facultamos a preço zero, não paga renda, é um comodato de plena condição. Obviamente, desejando que a Junta de Freguesia de Santa Joana prossiga o seu bom trabalho de cooperação com a Câmara Municipal, prossiga um bom trabalho de serviço aos cidadãos. Agora com melhor condição, usufruindo desta nova competência que nós lhe facultamos com todo o gosto. Daí esta decisão que a Câmara já validou e que propomos à Assembleia que também a valide para que, em termos do exercício formal, tudo esteja na devida ordem.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>036</sup>

Vogal António Neto (BE)<sup>037</sup>

Vogal Victor Oliveira (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>038</sup>

*“Boa noite a todos. Senhor Presidente da Câmara, Caros colegas. A Junta de Freguesias de Santa Joana agradece o Contrato de Comodato celebrado com a Câmara Municipal*



*em relação à garagem do Caião. É um espaço que nos ajuda a desenvolver a nossa atividade com mais eficácia e para nós de grande utilidade.*

*Mais uma vez se prova que a colaboração entre a Câmara e as Juntas é realmente efectiva, apesar de se ouvirem vozes que dizem realmente o contrário. Esta é a prova de que isso não é verdade.*

*Mas uma vez Senhor Presidente, esperamos que a colaboração entre a Câmara e as Juntas de Freguesias continue pois só assim prestaremos bons serviços aos nossos munícipes. Muito obrigado.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>039</sup>

*“Peço desculpa ao Filipe Guerra porque deveria ter sido mais explícito. Aquilo que está acordado e o uso que a Junta de Freguesia vai dar é aquilo que podemos chamar de armazéns gerais da Junta de Freguesia. Portanto, a sua base logística para os seus equipamentos e para alguns materiais para as intervenções que gere por administração directa. É esse o objetivo do uso no que, em termos redondos, chamamos os armazéns gerais da Junta de Freguesia”.*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação o Ponto 9 – Apreciação e votação da proposta do Contrato de Comodato com a Freguesia de Santa Joana - Fração autónoma designada por "BU" do Empreendimento Habitacional do Caião III,<sup>040</sup> sendo o mesmo aprovado por unanimidade, com trinta votos a favor (PSD12+CDS6+PS6+BE1+PCP1+IND4), zero abstenções e zero votos contra.**

Não houve declarações de Voto.

**Ponto 10 – Apreciação e votação da proposta do Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP, alteração do Anexo I ao contrato tipo de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio, de Iluminação Pública.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião extraordinária, realizada em 31/10/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa em exercício <sup>041</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>042</sup>

*“Uma nota simples. Esta é uma operação importante no quadro das negociações que prosseguem entre a ANMP e o Governo, com um óbvio envolvimento da EDP porque é o grande fornecedor e é atualmente a única entidade que tem contratos de distribuição de energia e de iluminação pública com os municípios.*

*Como é sabido estamos a entrar na fase das revisões destes contratos. Este ano há dois municípios que têm revisão, Lisboa e S. João da Madeira, e depois cada vez mais municípios. O ano onde há uma maior concentração é em dois mil e vinte e um. Está todo esse trabalho a prosseguir. No entanto, entenderam as partes que havia um passo que se*

*podia dar desde já e que era a alteração ao chamado anexo um e que é o anexo que define as características técnicas dos materiais dos equipamentos que a EDP usa para colocar na rede de iluminação pública que temos concessionada, nomeadamente os materiais nas armaduras led. Criou-se uma plataforma de acordo para que pudéssemos antecipar a utilização de armaduras led como equipamento normal da exploração da rede de iluminação pública pela EDP e não estarmos a esperar pela revisão dos contratos e por um contrato novo, onde, obviamente, esta componente lá estará. Foi este o acordo a que chegámos e que serviu de base à formalização entre a ANMP e a EDP e que agora passa aos municípios que têm que deliberar nos Executivos e nos Deliberativos e ficou claro, porque havia dúvidas se tinha que ir ou não a Visto do Tribunal de Contas, que não tem. Portanto, a eficácia surgirá com as deliberações dos órgãos deliberativos como o que estamos a fazer. É um bom passo para termos mais um elemento de qualificação das nossas operações de gestão da rede de iluminação pública, neste caso, no âmbito do contrato que continuamos a ter com a EDP.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>043</sup>

*“Uma questão muito simples para colocar ao Sr. Presidente da Câmara. Quais são os ganhos que a Câmara pensa arrecadar com esta transformação. Quais são as poupanças?”*

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>044</sup>

*“Relativamente a este novo contrato, esta reformulação de contrato, com a EDP devemos salientar o nosso apreço por esta substituição destas lâmpadas de vapor de mercúrio que são ambientalmente prejudiciais, além de que não obedecem às diretivas comunitárias. Para além disso, essa mudança, é importante realçar porque, se calhar, as pessoas estão um bocadinho desfasadas da realidade, toda a gente sabe que a iluminação pública é um gasto tremendo para as autarquias, com a introdução desta nova tecnologia pode acarretar medidas de poupança em cerca de oitenta por cento, que é algo não menos importante em relação a esta questão. Também temos aqui visto, no Município de Aveiro, que nos últimos cinco anos foram substituídas apenas cem lâmpadas. Eventualmente o plano pode estar predefinido mas é importante que haja uma modificação completa dessa tecnologia para incrementar uma lógica de poupança energética que um dos grande rombos orçamentais que as autarquias têm. Se houver uma medida que seja mais viável tecnologicamente acho que deve ser implementada e haverá aqui o voto favorável do Bloco de Esquerda.*

*Há sempre um ponto negativo. De facto, é o próprio plano em si que leva a que essa mudança seja muito lenta, não seja suficientemente rápida, e que impulse esta poupança e não haja um incremento ambiental extremamente importante e que todos nós nos preocupamos.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>045</sup>

*“Duas notas, misturando as questões do Filipe Guerra e do António Neto. A EDP não tem condição de pegar e fazer agora um mega investimento de mudar as armaduras todas pelo país todo. Dentro deste nosso acordo está também uma nota de bom senso. Houve uma estimativa de valor de investimento que, sou-vos sincero, não consigo tirar agora da minha memória. Mas é particularmente óbvio toda a gente perceber que seria*

*um investimento monumental fazer essa operação. Tenho na memória o número da cidade de Coimbra que fez um concurso, que ficou em branco, para mudar todas as armaduras da cidade para led e eram só dez milhões de euros. Só na cidade, área urbana estrita. Portanto, estamos a falar de uma operação que não se faz assim de um momento para o outro, mas uma operação que, queremos todos, se vá fazendo com a máxima capacidade possível. Nós próprios já fizemos algumas operações, por exemplo, a rua do CMIA tem armaduras led, vamos ter uma experiência nova com armaduras led na Rua Eng. Von Haffe.*

*Na tecnologia led há muita qualificação para fazer. A tecnologia led já nos dá ganhos financeiros pela poupança de energia, poupança de energia quer dizer menos custos, mas ainda tem que maturar para ser uma tecnologia sólida, fiável e que nos leve a todos a aumentar e a intensificar a quantidade dos investimentos. É neste equilíbrio de fatores que nós estamos para prosseguir este caminho. Curiosamente, nesta matéria, tivemos o privilégio de receber no nosso Teatro Aveirense, na quarta-feira, uma conferência da EDP com o Jornal de Negócios, onde estas matérias foram, obviamente, muito faladas: eficiência energética, poupança, os ganhos ambientais, etc. Eu digo sempre que temos um adversário grave na parte da iluminação pública que é o IVA. Prossegue a luta dos municípios, apresentámos, mais uma vez, à maioria parlamentar e ao Governo a proposta da taxa de IVA voltar a ser de seis por cento na iluminação pública porque, de facto, nos destrói muito os ganhos. Em vez de ir para a nossa factura temos ganhos que vão para a factura do Ministério das Finanças já que temos que pagar o IVA.*

*É neste equilíbrio que esta aposta se coloca de aumentarmos a utilização desta tecnologia com ganhos na poupança financeira, com ganhos ambientais, e é por aí que queremos prosseguir este importante caminho.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE)<sup>046</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>047</sup>

*“É verdade que foi o Governo do Partido Social Democrata que passou a taxa de IVA da iluminação pública dos seis por cento para os vinte e três por cento. Aliás, primeiro passou para vinte e um e depois no ajustamento da taxa máxima, passou para vinte e três.*

*Fê-lo no quadro de um vasto conjunto de medidas que nos custaram a todos bastante para respondermos a um país que chegou a dez por cento de défice as suas contas públicas. É sabido.*

*Mas aquilo que é a luta do Bloco de Esquerda, aquilo que é e sempre foi todos os anos, desde que essa situação aconteceu, a luta da ANMP, têm agora melhores condições para deixar de ser uma luta e passar a ser uma conquista. O Partido Socialista, o Governo, o ministro Eduardo Cabrita com quem negociámos o Orçamento, já nos disse que o Governo não tem possibilidade de reduzir a taxa do IVA na iluminação pública mas pode ser que nas negociações com o Bloco de Esquerda e com o Partido Comunista, agora que passamos para a especialidade, acabou hoje o prazo da apresentação das propostas, pode ser que se consiga baixar para os seis por cento. Cá estarei eu, na próxima oportunidade, a agradecer ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista essa conquista. Agora, não vale a pena é fazer de conta que as coisas não são como são e esta é a história. Nós achamos que é um absurdo a taxa máxima do IVA.*

*Porque é que a iluminação pública é dos Municípios? Podia ser do Estado. Um dos principais fatores da iluminação pública é a segurança passiva e a segurança nem*

*sequer é da nossa responsabilidade legal. Porque é que o Estado há-de ganhar tanto dinheiro com este custo que nós temos, com vinte e três por cento? É muito, é um quarto em cima do custo. É muito e é muito pesado. Agora que o país está melhor, que vai melhorando, os indicadores de dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, esperemos que continuem, agora que começa a haver mais espaço vamos lá embora fazer isto.*

*Ao contrário do que o Bloco de Esquerda continua a dizer nós conseguimos, nestes três anos, mesmo com a situação que temos, baixar a taxa de resíduos sólidos urbanos, acabar com a taxa de protecção civil, há, portanto, uma grande parte dos nossos concidadãos que hoje têm uma factura fiscal substancialmente inferior àquela que tinham. Também no IMI tivemos que subir e agora temos a possibilidade, por opção política nossa porque podíamos não o fazer, de baixar. Portanto, os impostos do grupo de cidadãos que pagam IMI, que são contribuintes de IMI, vão baixar, em valor absoluto, dez por cento. Agora, esperemos é que este exercício global se possa fazer com coerência e sustentabilidade e que se possam ver os ganhos dos investimentos na eficiência energética. De facto, é verdade que a passagem de seis por cento para vinte e três escondeu esses ganhos. É como com a questão dos ganhos com os custos com pessoal. Também é verdade que aquela coisa boa, eu também estou a ganhar mais dinheiro, o Governo actual e a maioria parlamentar com a reposição salarial está-me a propiciar, também a mim, ter um salário maior no final deste ano do que tinha no princípio deste ano. Mas não há Bela sem senão, no nosso Orçamento os ganhos de redução de custo na rubrica pessoal não se vêem, mas estão lá. A reposição salarial e o aumento do salário mínimo nacional encobrem-nos. Temos que ter consciência das circunstâncias para fazermos uma análise correta de cada uma das matérias e não baralharmos tudo consoante interessa mais ou interessa menos. António Neto, saiba que da nossa parte estamos mesmo nessa luta, a luta contínua, mas eu espero que desta vez unidos possamos vencer aquilo que ainda não conseguimos que acontecesse até hoje.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação o Ponto 10 – Apreciação e votação da proposta do Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP, alteração do Anexo I ao contrato tipo de concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio, de Iluminação Pública, sendo o mesmo aprovado por unanimidade<sup>048</sup>, com trinta votos a favor (PSD12+CDS6+PS6+BE1+PCP1+IND4), zero abstenções e zero votos contra.**

Não houve declarações de Voto.

**Ponto 11 - Apreciação e votação da proposta para Constituição da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica [AptCC] e adesão do Município de Aveiro na qualidade de Município Fundador.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 19/10/2016, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa em exercício<sup>049</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do ponto em epígrafe.

## Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[050](#)

*“Hoje não temos cá o nosso Vereador Capão Filipe que está no gozo de um pequeno período de férias, em nota de rejúbilo pela vida da sua filha, mas estarei ao dispor para alguma questão.*

*Esta é uma matéria que temos vindo a trabalhar há cerca de dois anos com um conjunto de municípios do nosso país. Criou-se um grupo de coordenação liderado pelo Município das Caldas da Rainha, participado por Mafra e por Aveiro. Entendemos que este é um passo importante para fazermos mais coisas, melhores coisas, promoção da cultura, promoção de actividade económica, melhor integração nas redes europeias que existem nesta área da cerâmica, aqui em sentido lato. Além do mais, nós temos um evento muito importante e de grande qualidade no que respeita à cerâmica artística, mas, obviamente, temos hoje história e actividade económica pujante em várias áreas da cerâmica, seja nos revestimentos, seja na louça sanitária, seja na louça de mesa, etc. Somos, de facto, um município e uma região já que também partilhamos com o Município de Ílhavo a presença, naquilo que respeita aos municípios da região, nesta associação estamos empenhados em cumprir bem o nosso contributo nesta matérias que têm estas notas principais de cultura, de actividade económica e também de bandeira diferenciadora deste conjunto de municípios preocupados, no bom sentido, em aproveitarem as redes europeias e nas iniciativas comunitárias para trabalharmos estas matérias e para fazermos mais no que respeita à promoção desta cultura e à dinamização da actividade económica desta importante área. No nosso caso, além de importante também é tradição, também diferenciadora do nosso território.”*

## Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[051](#)

*“Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara. Independentemente de uma análise mais fina ao documento, francamente não está feita, mas queríamos da nossa parte colocar uma questão ao Senhor Presidente de Câmara. Qual é no fundo o objetivo, qual é o papel que a Câmara Municipal de Aveiro, em representação do município naturalmente, pretende que esta associação assuma e qual é o papel que depende desta associação para com a Câmara Municipal de Aveiro? Tenho dito.”*

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[052](#)

*“Também relativamente a este ponto queria também perguntar ao Senhor Presidente qual é o objetivo? Já deu aqui alguns lamirés que era para aproveitar fundos comunitários e também para com outras cidades que têm algum Know-how na cerâmica conseguir de facto congregar e fazer uma associação que permita desenvolver. Gostaríamos também de saber se efetivamente este Know-how que estará aqui será efetivamente potenciado e se irá dar algum apoio às empresas ou associações que queiram desenvolver o seu trabalho e não o local onde possam realizar. Já que Aveiro tem largas tradições na cerâmica e estando o próprio sistema empresarial cerâmico em queda brutal, com a extinção de empresas e esse tipo de coisas. Se também a introdução de cerâmica técnica não seria mais uma mais-valia já que eventualmente esse know-how seria muito mais importante e teria muitos mais rendimentos a novas empresas que pudessem surgir nestes locais e haver uma transformação do tradicional vulgo tijolo, à faiança, à porcelana, para os exames técnicos especializados potenciando o que já existe*

no distrito. Queria de facto saber qual será o contributo e qual é o interesse da Câmara Municipal nesta parceria para estar a fomentar esta parceria? Obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) <sup>052 B</sup>

Vogal Jorge Greno (JPA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>053</sup>

*“Senhor Presidente, relativamente a este assunto das “Cidades Cerâmica” para lançar um desafio à Câmara obviamente um desafio de médio prazo. As principais feiras de cerâmica de construção não se realizam nas capitais dos países ou seja realizam-se nas cidades junto das quais está a indústria — falo de Valência e de Bolonha.*

*Portanto eu acho que no âmbito desta associação mas também no âmbito do desenvolvimento do nosso pavilhão de feiras e aproveitando como disse o deputado António Neto, o facto de a Cerâmica estar em baixo e os custos das empresas irem para Lisboa expor nas feiras que há em Lisboa, não seria altura da Câmara começar a pensar em trazer para Aveiro a feira da cerâmica de revestimento, da cerâmica sanitária. Hoje em dia temos bons acessos aos aeroportos, já temos bons hotéis na região de Aveiro e portanto se calhar está na altura de começar nalguma coisa, obviamente a médio prazo, porque estas decisões de feiras não são no imediato. Fica aqui o desafio.”*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) <sup>054</sup>

Presidente da Mesa <sup>055</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: <sup>056</sup>

*“Em relação à questão levantada pelo Filipe Guerra e pelo António Neto, julgo que já fui claro nisto. Nós entendemos que há aqui uma questão que é política, em primeiro lugar. Devemos estar neste movimento. É cultura, há aqui valores de cultura para promover. Os valores de cultura a promover são o aumento da atratividade do nosso território por força destes valores que são diferenciadores. Há aqui também trabalho político e de cooperação institucional com o sector privado que tem a mão na actividade económica que é relevante nestes municípios. A imaginação, a conquista de oportunidades de financiamento de projetos, têm que ser trabalhados para podermos tirar proveito desta criação. Seguramente que nenhum dos municípios que aqui está a fazer nascer a associação está aqui por deleite e para virmos aqui a uma reunião de Câmara e da Assembleia Municipal para fazermos uma nota e está feito. Não. Entendemos, de facto, que pode ser útil e que irá ser útil este novo instrumento a este nível. E tirando proveito das capacidades. António Neto, eu discordo de si naquilo que respeita ao péssimo estado do nosso sector empresarial. O nosso sector da cerâmica está bem, fez um trabalho absolutamente notável de passagem pela crise, um trabalho notável de investimento na sua qualificação tecnológica. Temos hoje empresas do melhor que o mundo tem em termos de capacidade tecnológica de sistemas de produção, de sistemas de gestão.*

*Temos na nossa região, não é no nosso município, é no Município de Ílhavo, a mais nova e a mais avançada fábrica tecnológica de louça de mesa que a Europa já construiu nos últimos anos — foi a última que se construiu e está a produzir para um grupo, tem um contrato de exclusividade com o grupo Ikea.*

*Temos algumas com problemas? Temos. No nosso município e noutros municípios, algumas delas por questões internas, porque não passaram pela crise com a mesma facilidade, mas nós temos essa competência e essa capacidade de termos, nesta área da cerâmica, um sector empresarial que está bem, que está forte, que está lutador, que está*

*exportador e que nos garante capacidade de estar connosco no futuro. O que não retira algumas situações que esta nota de regra não se aplica e que conhecemos, o António Neto conhecerá algumas e eu também conheço. Mas globalmente também temos isto como oportunidade num sector empresarial que tem competência, que tem capacidade, que exporta, e isso é mais um instrumento.*

*O CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro está onde? Está em Coimbra! E esperemos que também no âmbito das actividades da Associação possamos tirar algum proveito da sua existência. A história é a que é, obviamente com o lamento e subscrevendo aquilo que foi descrito por dois homens que viveram de perto a operação. Neste momento está onde está e procuraremos que algumas das matérias que a Associação possa fazer possa envolver o CTCV que é uma instituição que estará seguramente ao dispor da promoção deste sector e desta actividade económica.*

*Jorge Greno é uma ideia que anotamos. Já falámos sobre ela, mas que hoje tem por parte das nossas empresas, em regra, uma reacção primária, porque nunca passámos de abordagens iniciais. Tomámos boa nota da ideia para a trabalharmos mas em regra há uma reacção primária negativa. Porquê? Hoje estruturar uma feira, em qualquer sector, é muito difícil. E hoje as empresas estão mais interessadas em investir em marketing e em promoção, em mercados que têm probabilidade de serem compradores do que em trazer compradores desses mercados ao seu país, junto à sua fábrica, para fazerem operação de promoção e marketing.*

*Eu gosto dessa ideia, já a trabalhei no passado, sinceramente pusemo-la em banho-maria ou no arquivo, mas acho que é uma ideia que podemos trabalhar, eventualmente com um primeiro episódio que não seja propriamente uma feira clássica, mas numa abordagem inovadora que a própria Associação venha a inventar para fazermos alguns dos objetivos que o Jorge Greno referenciou. O mundo hoje é o que é. E a nossa gente tem é que trabalhar bem os mercados potencialmente compradores para prosseguirmos a presença forte das empresas no exigente sector da exportação.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação o Ponto 11 - Apreciação e votação da proposta para Constituição da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica [AptCC] e adesão do Município de Aveiro na qualidade de Município Fundador,<sup>057</sup> sendo o mesmo aprovado por unanimidade, com trinta votos a favor (PSD12+CDS6+PS6+BE1+PCP1+IND4), zero abstenções e zero votos contra.**

Não houve declarações de Voto.

## **Ponto 12 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “Criação da Tarifa Social da Água”.**

De seguida o Presidente da Mesa em exercício deu a palavra ao proponente<sup>058</sup> da Proposta de Recomendação (Partido Bloco de Esquerda) para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal António Neto (BE):<sup>059</sup>

*“Bem, viemos aqui apresentar uma proposta de recomendação à Câmara Municipal que consiga de facto implementar de facto este estatuto, digamos assim, de Tarifa Social da Água. Muito à semelhança das famílias que têm o apoio na eletricidade, mas que devido à sua condição social não têm conseguido pagar a água. E facto visa ter este*

*enquadramento na Câmara Municipal que assim permita a estas pessoas ter água disponível como bem essencial à vida de cada um.*

*No fundo apresentamos esta proposta, toda a gente deve ter lido a proposta e eventualmente estarão todos com esta situação e agora apraz a discussão.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>060</sup>

*“Ex.mo Senhor Presidente, Exmos Senhores deputados. Em relação a esta proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, cumpre-nos chamar atenção para alguns problemas que esta mesma contém.*

*Primeira questão, mais geral, que se prende com a generosidade da ideia. Ou seja a possibilidade de alargar a adesão da tarifa social da água por parte de mais pessoas. Esta é uma ideia com a qual nós somos solidários e também sobre a mesma já apresentámos propostas na Assembleia da Republica, tal como esta proposta que o BE aqui traz a Aveiro também a apresentou na Assembleia da Republica recentemente.*

*No quadro que é o Orçamento de Estado para 2017 já aparece um pedido de autorização legislativa em relação a esta matéria.*

*Contudo não há uma eliminação daquilo que são as disposições legais e regulamentares já existentes e que atualmente oneram e agravam as tarifas sobre a água.*

*Pior. Esta proposta que o BE apresenta na realidade faz uma transferências de competências daquilo que é o poder autárquico e aquilo que é a autonomia do Poder Local, para entidades administrativas cuja tutela política é completamente diferente daquilo que é o controlo democrático feito diretamente pelas populações, que é o momento eleitoral. Ou seja há uma retirada de poder ao poder local, ficando outros nesse domínio.*

*A situação pode ainda ser agravada na medida em que tanto as condições de acesso à tarifa social passam a ser fixadas por lei.*

*A lei tem hoje um legislador e amanhã pode ter outro. Portanto essa é uma situação a perigar com a própria lei original de facilitar a adesão à tarifa social das águas.*

*A proposta que o BE apresenta também faz referência áquilo que é a aplicação das recomendações da ERSAR. Situação que além da tutela de difícil controlo democrático, tem a particularidade de nas últimas recomendações da ERSAR irem precisamente no sentido de aumento e de encarecimento e da dificuldade da adesão à tarifa social da água.*

*Esta legislação foi aprovada já algum tempo, esta legislação em relação às competências da ERSAR, e de facto coloca-nos aqui um problema complexo. Que é por um lado uma adesão à ideia de facilitar o acesso à tarifa social da água, mas por outro lado a retirada daquilo que é o controlo do Poder Local democrático e até o controlo político sobre as condições de acesso das populações à tarifa social da água. Tenho dito.”*

Vogal Aida Tavares (JPA)<sup>061</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>062</sup>

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>063</sup>

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)<sup>064</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>065</sup>

*“São quatro grupos de notas que eu gostava de partilhar.*



*A primeira é deixar claro, pode haver dúvidas, que esta matéria é da competência dos municípios. Aquilo que o Filipe Guerra referenciou é bom que se sublinhe porque o António Neto, no início da sua intervenção, fez a analogia à energia e não há analogia possível porque a energia é da competência da Administração Central, é competência própria do Estado Central. Já os tarifários da água são da competência própria do poder local. Esta matéria é uma matéria delicada, mesmo dentro da discussão entre os municípios. Vários governos já tiveram vontade de reformar, têm acontecido algumas reformas mas nesta fase, eu diria, dos três últimos governos, tirando aquele governo pequenino que não conta, o segundo governo do Eng. Sócrates, o governo do Dr. Passos Coelho e o actual governo do Dr. António Costa, seria importante, de uma vez por todas, fazer a chamada reforma do regulamento tarifário da água. O governo anterior trabalhou muito nessa matéria, fechou um documento muito maduro, deixou-o num estado muito maduro, não o consensualizou com a ANMP que representa os municípios, não chegámos a consensualizar, mas houve muitos progressos nas interações entre o governo e a ANMP. Mas não se chegou a acordo. O actual governo, quando chegou, o Secretário de Estado, Eng. Carlos Martins que é quem tutela esta área deu nota pública a dizer bem do regulamento tarifário que herdou e que tinha em mãos mas há pouco tempo o Governo anunciou uma mudança de caminho e decidiu rasgar esse trabalho que estava feito e dar orientações à ERSAR para trabalhar um novo regulamento tarifário. O Governo actual tem toda a legitimidade para trabalhar esta matéria e não temos dúvidas que o facto de termos um Governo liderado por um Primeiro-ministro que foi autarca que não tratará, nesta matéria, os municípios com distância. Estamos convictos que conseguiremos ter com o actual Governo um trabalho nesta área de concertação e acordo para podermos ter um novo quadro tarifário onde há muitas coisas para discutir. Uma dessas coisas que há para discutir, entre várias outras, dou-vos um exemplo que é uma discussão muito complexa que é a própria estrutura dos tarifários. Fazem hoje sentido que a estrutura do tarifário seja a que é? Que nós tenhamos gradualismo no metro cúbico, quem consome menos paga menos por metro cúbico e quando passa para outro escalão o escalão é mais caro? Dantes sempre se agregava o menor consumo de água sempre à menor capacidade económica das famílias. Isso hoje pode ter alguma aproximação à realidade mas há novas realidades, nomeadamente, por exemplo, as famílias monoparentais que, como monoparentais que são, têm consumos muito mais baixos e poderemos estar a falar, em muitos casos, de pessoas que têm rendimentos muito altos. Hoje, esta reflexão sobre a própria estrutura do tarifário está aberta para que se possa encontrar uma solução equilibrada, seguramente não será à vontade de todos, neste modelo base para que depois seja regulamento-lei e para que depois as entidades gestoras o possam aplicar. Entretanto, vão havendo orientações e indicações da ERSAR que, nesta área, não temos que cumprir porque não estamos debaixo da sua alçada regulatória nomeadamente a nossa empresa AdRA que está fora da alçada regulatória da ERSAR. Coisa que também se quer alterar e bem porque se entende que a entidade reguladora tem que regular o sector em termos totais. Atualmente, o quadro legal que temos não o permite. Portanto, faz parte dessa reforma, com a qual há colegas meus que não concordam, eu concordo e é a posição oficial da ANMP, que a entidade reguladora regule plenamente o sector incluindo, obviamente, os municípios quando são entidades gestoras e temos ainda muitos municípios que de per si, sem integração em empresas, continuam a ser entidades gestoras. Esta é uma discussão que está aberta, com estes solavancos, quase pronta e volta para trás, mas isso são as dinâmicas que temos que respeitar. Um das notas outras notas, só para dar estes dois exemplos, é exactamente esta matéria social. Colocarmos estas diferenciações no próprio tarifário será ou não a opção mais correcta? Também é preciso aprofundar esta discussão. Há*

*alguns que acham que sim, alguns que acham que não, eu pertença ao grupo dos que acham que não porque é muito importante que a intervenção social seja feita com trabalho prévio de conhecimento das famílias e dos indivíduos que precisam do apoio social e que haja planos de intervenção de apoio que articulem os vários instrumentos que, felizmente, o país tem e são muitos e que globalmente são bons instrumentos que permitem, com capacidade técnica, ajudar os indivíduos e as famílias gerirem as suas insuficiências, nomeadamente ao nível do rendimento. Seja ao nível da energia, da água, seja do que for. Por exemplo, ainda há dias um colega meu fazia um exercício interessante: porque é que nós temos de apoiar os consumos de energia e da água pelo nosso orçamento ou pelo orçamento de uma EDP qualquer? Porque é que não apoiamos, por exemplo, pelo IVA? Porque é que essas famílias não têm apoio no IVA, não só na energia e na água como, por exemplo, nos bens alimentares de primeira necessidade? Porque é que essas famílias não são isentas de IVA nessas coisas? Porque é que o Estado central há-de continuar a ganhar dinheiro com as pessoas que têm pouco rendimento porque têm que pagar IVA em tudo? É uma reflexão como tantas outras. Aquilo que eu exorto é que possamos participar neste processo. A minha posição é clara: eu discordo destas posições lineares de tarifário mas estamos numa discussão que é, repito, complexa, que é difícil, para ver qual é o melhor caminho mas sem os municípios alienarem a sua responsabilidade legal e política. É evidente que o Bloco de Esquerda não tem poder local e, portanto, faz aqui umas fitas e pronto. Agora, os outros partidos têm todos poder local e sentido de responsabilidade para cuidarmos bem desta operação que não pode ser alienada. Nós temos que ver a história. Aveiro tem o mais alto tarifário da água há muitos anos, muito antes da AdRA. Quando se fez um trabalho muito importante, bem antes da ideia de criar a AdRA, que foi a harmonização tarifária nos onze municípios da nossa região, a referência tarifária era Aveiro e Albergaria-a-Velha porque já há muitos anos tinham um tarifário muito mais alto mas tinham-nos numa operação de boa gestão. Porquê? Porque a gestão era auto-suficiente e esse era o princípio. Nós hoje temos um tarifário que é globalmente alto em termos comparativos nacionais mas porquê? Porque tivemos uma quantidade brutal de investimento recente. Quem é que paga o investimento? Antigamente eram os orçamentos municipais, agora nós não temos nenhum investimento de água e saneamento mas a nossa empresa, em dois mil e dezassete e nos próximos quatro anos, tem quarenta milhões de euros de investimento para fazer. Onde é que ela vai buscar? Aos fundos comunitários, à sua capacidade de endividamento e à estrutura de receita que lhe dá o tarifário, Qual é a lógica? É a lógica da auto-sustentabilidade dos sistemas. Nós pagamos um serviço, ou melhor, pagamos um bem que também integra um conjunto de serviços que, entre outras coisas, nos garante uma água de qualidade, uma rede mantida hoje e para a geração que se vai seguir à nossa. Esta é a lógica dos sistemas. Coimbra, por exemplo, fizeram mais investimento num outro tempo e quando hoje vão fazer a conta do tarifário há um factor que afecta a conta do tarifário que eles têm muito menor que nós, com uma nota: Coimbra não foi solidária porque tratou de si, município. Nós, Aveiro, decidimos ser solidários e tratámos de uma operação à escala do conjunto da nossa Região, ajudando outros municípios a resolverem problemas graves de atraso estrutural no investimento, na rede, na qualidade da água. Nós decidimos ser solidários e decidimos muito bem. A outra nota é a reforma do grupo AdP. Nós, municípios, exortamos o Governo a fazer a reforma do grupo Águas de Portugal e a reforma das estruturas de viabilidade económico-financeira das empresas porque ainda estão lá muitos desperdícios financeiros que nós podemos tirar da estrutura de custos das empresas e aplicá-los na redução do tarifário, Portanto, Aida Tavares, mais do que a ideia de que temos alto é a noção de que há um conjunto de tarefas de gestão que nos vão permitir,*

*sustentadamente, baixar o nosso tarifário. É isso que, além do mais, está previsto nos cinquenta anos da concessão da AdRA.”*

### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa<sup>066</sup>

Vogal António Neto (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>067</sup>

*“Relativamente a minha intervenção de respostas dizer o seguinte, um bocado aqui ao Filipe e também ao Senhor Presidente se associou às críticas, mas não na mesma vertente. Nós o que aqui estamos a falar é de um apoio de um tarifário social. Quando eu faço a comparação com o regime elétrico é para perguntar à Câmara quantas pessoas requerem este estatuto de tarifa social para a eletricidade para sabermos quantas pessoas eventualmente têm dificuldades em pagar a eletricidade porque eventualmente tem dificuldade em pagar a água.*

*Esta argumentação do CDS como PSD da generosidade leva a que depois pessoas vão ganhar quando não devem ganhar. Então o melhor é não fazer nada. As pessoas têm dificuldade em perceber que há pessoas que tem uma carência, mas vale não fazer nada que fazer alguma coisa.*

*Outra coisa que estava aqui a falar o Filipe relativamente a isto e que também não concordo porque o Governo da Republica tem essa obrigação. Podemos discutir como o Senhor Presidente aqui diz, se é uma operação complexa ou menos complexa. É de facto complexa. Mas o poder essencial do governo é que não haja pessoas com poucos recursos. A função dele prioritária é essa. Não é como o Senhor Presidente diz de ver quem é que paga IVA ou não, não é isso. O objetivo de qualquer governo é acabar com as desigualdades.*

*Mas o que estamos a debater é se esta Câmara Municipal ou esta recomendação devia fazer uma tarifa social para a água e que pudesse pegar nos valores desta tarifa social e ter um mecanismo que de facto as pessoas se pudessem candidatar.*

*Agora as pessoas não têm de provar que são pobres. São pobres! Desculpem lá, isso é tão retrógrado. As pessoas têm necessidades e vão bater à porta da Câmara para terem água de borla. Se calhar lá na sua igreja é isso que acontece. Mas na maior parte das pessoas não é assim que acontece.*

*Se existirem regras de facto e que a Câmara tenha essa possibilidade, acho que devia haver. Não sei. Os senhores deputados é que decidirão. Muito obrigado.”*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>068</sup>

*“Ó senhor deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Na minha igreja estão mais preocupados com as pessoas que têm dificuldades do que na sua igreja. E a minha igreja não faz demagogia com as pessoas que são necessitadas — a sua é que faz. Obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em Exercício colocou à votação o ponto 12 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “Criação da Tarifa Social da Água”,<sup>069</sup> sendo a mesma rejeitada, com vinte votos contra (PSD12+CDS6+PCP1+IND1) nove abstenções (PS6+IND3) e um voto a favor (BE1).**

Seguiu-se a declaração de voto dos vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):<sup>070</sup>

*“Uma declaração de voto muito breve só para sintetizar duas ideias. Primeira a proposta tem méritos e ela é do ponto de vista daquilo que é o seu eixo axiológico, ela é de facto positiva. E admitimos que ela é de facto generosa e defende valores correctos. Nós votámos contra e fazemos justificação do nosso voto contra, na exata medida que consideramos que a tarifa social o seu alargamento e os seus moldes, devem portanto ter um controlo democrático e devem manter-se naquilo que é Poder Local democraticamente eleito e não passar para entidades de natureza diversa ou deixar que seja o Estado Central “tout court” a decidir estas matérias. Tenho dito.”*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):<sup>071</sup>

*“Uma declaração de voto pessoal. Eu pessoalmente votei contra a proposta porque entendo que as questões relativas às pessoas com menores recursos se resolvem com proximidade e não se resolvem com a atuação do Estado Central”*

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

**De seguida, o Presidente da Mesa em exercício, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação da acta em minuta respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação<sup>072</sup> foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**De seguida Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a Sessão Ordinária Novembro.**

**Eram 00:15 horas do dia 19 de Novembro de 2016.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.**

(03:45)